

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FRANCA

SÍRIA

**Analisando a evolução do conflito através das Teorias das Relações
Internacionais (2011-2016)**

RECIFE

2017

MARIA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FRANCA

SÍRIA

**Analisando a evolução do conflito através das Teorias das Relações
Internacionais (2011-2016)**

Monografia apresentada à Faculdade
Damas da Instrução Cristã - FADIC,
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Elton
Gomes dos Reis**

RECIFE

2017

Ficha catalográfica
Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

F814a Franca, Maria Carneiro de Albuquerque.
Síria: analisando a evolução do conflito através das Teorias das
Relações Internacionais (2011-2016) / Maria Carneiro de Albuquerque
Franca. – Recife, 2017.
81 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Elton Gomes dos Reis.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Síria. 3. Guerra civil. 4. Primavera
Árabe. 5. Conflito. I. Reis, Elton Gomes dos. II. Faculdade Damas da
Instrução Cristã. III. Título.

CDU 327

MARIA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FRANCA

SÍRIA

Analisando a evolução do conflito através das Teorias das Relações Internacionais (2011-2016)

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Elton Gomes dos Reis
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Bianor Teodósio
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Luís Emmanuel
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Sumário

Introdução.....	11
1.1 A HISTÓRIA DA SÍRIA.....	14
1.2 A PRIMAVERA ÁRABE E OS SÍRIOS – O DESPERTAR DOS PROTESTOS PRÓ- DEMOCRÁTICOS.....	20
Capítulo 2: A guerra, seus atores e a repercussão internacional entre 2011 e 2016.....	24
2.1 REBELDES.....	26
2.1.1 REBELDES REAIS.....	27
2.1.2 JIHADISTAS GLOBAIS.....	28
2.1.3 CURDOS.....	31
2.2 PLAYERS GLOBAIS.....	33
2.2.1 ARÁBIA SAUDITA.....	34
2.2.2 TURQUIA.....	36
2.2.3 EUROPA.....	38
2.2.4 ESTADOS UNIDOS.....	39
2.2.5 RÚSSIA.....	41
2.2.6 CHINA.....	45
2.2.7 IRÃ.....	46
NOTA ADICIONAL.....	49
Capítulo 3: As Teorias das Relações Internacionais e o conflito.....	52
3.1 REALISMO E NEOREALISMO.....	52
3.2 GUERRA IRREGULAR.....	59
Conclusão.....	66
Referências.....	68

Lista de Ilustrações

Figura 1 Mapa com enfoque na Síria	14
Figura 2 Mapa mostrando a disposição do controle de grupos rebeldes e governos, em 2015	32
Figura 3 Métodos empregados pelas forças irregulares para conquistar o apoio da população.....	62
Figura 4 Seleção prioritária de alvos na guerra irregular	63

Lista De Siglas

AQI – Al Qaeda do Iraque

AKP – Partido da Justiça e do Desenvolvimento

CSM – Conselhor Supremo Militar

EI – Estado Islâmico

EII – Estado Islâmico do Iraque

ELS – Exército Livre da Síria

FLIS – Frente de Liberação Islâmica Síria

JAN – Jabhat al-Nusra

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PUD – Partido da União Democrática

PPK – Partido dos Trabalhadores do Curdistão

SÍRIA

Analisando a evolução do conflito através das Teorias das Relações Internacionais (2011-2016)

Maria Carneiro de Albuquerque Franca*

Resumo

Iniciada no final de 2010 em meio ao contexto da Primavera Árabe, a guerra civil na Síria evoluiu de tal forma que tomou proporções globais, tornando-se um conflito capaz de impactar o sistema internacional como um todo, seja devido à crise humanitária que tem gerado, seja devido à potencialização de tensões (pré-existentes) em torno das grandes potências mundiais, que se tornaram personagens neste cenário. As motivações dos protestos no país são fruto de uma correlação de fatores históricos, políticos, econômicos e sociais; e a incapacidade tanto do governo quanto dos rebeldes de alcançar uma vitória rápida resultou no prolongamento do evento, na intensificação da violência e no envolvimento da comunidade internacional. A quantidade de atores e interesses conflitantes envolvidos tornou o processo em curso altamente complexo e seus resultados, bastante imprevisíveis; condenando o povo sírio a não conseguir vislumbrar, a curto prazo, a possibilidade de uma conclusão pacífica.

Palavras-Chave: Síria, Guerra, Atores, Internacional, Interesses.

* Aluna concluinte do curso de Relações Internacionais

Abstract

Started in late 2010, amidst the context of the Arab Spring, the civil war in Syria the civil war in Syria has evolved in such a way that it has taken on global proportions, becoming a conflict capable of impacting the international system as a whole, either because of the humanitarian crisis it has generated or because of the potentialization of (pre-existing) tensions between the great world powers, who became characters in this scenario. The motivations of the protests in the country are a result of historical, political, economic and social factors; and the And the inability of both the government and the rebels to achieve a quick victory resulted in the prolongation of the event, the intensification of violence And in the involvement of the international Community. The quantity of actors and of conflicting interests involved have made the ongoing process highly complex and its results, quite unpredictable; condemning the Syrian people on failing to envisage a peaceful conclusion in the short term.

Keywords: Syria, War, Players, International, Interests.

Agradecimentos

Agradeço imensamente a minha família, meus amigos e namorado, que muito me apoiaram, e diversas vezes foram deixados de lado para que eu concluísse a monografia. Agradeço também ao Professor Orientador Elton Gomes dos Reis pela paciência e dedicada orientação.

Introdução.

Este trabalho é uma pesquisa documental e bibliográfica que adicionalmente também emprega séries históricas e estatísticas descritivas.

Para base de estudo histórico e documental foram empregados os autores Samer N. Abboud e Shahid Hussain Raja. Artigos acadêmicos e periódicos também foram utilizados. A bibliografia teórica ficou a cargo John Mearsheimer, Kenneth Waltz, João Pontes Nogueira e Nizar Messari, Alessandro Visacro entre outros autores. O tema foi escolhido por representar um bom exemplo para estudo das relações internacionais.

Devido à alta sensibilidade do tema nomeado é possível destacar tanto questões políticas da esfera nacional quanto internacional ao expor a complexidade das relações entre os atores domésticos (governo e rebeldes) e internacionais (envolvimento de outros atores estatais).

O recorte temporal adotado compreende o intervalo entre 2011 e 2016, período que compreende o início do conflito e eventos subsequentes suficientes para a elaboração do estudo de caso desejado, analisando uma proposta de problemática focada em três inquisições principais: qual o papel da história no conflito; como as relações entre os atores moldaram o panorama 2016 do conflito; e como toda a questão pode ser analisada do ponto de vista das teorias das relações internacionais. O período recortado também se finda com a saída do presidente Barack Obama da presidência dos Estados Unidos e, conseqüentemente, com o término de sua política externa mais ligada ao não intervencionismo.

Para a resolução das questões expostas, o trabalho divide-se em um breve prefácio, 3 capítulos e a conclusão. O primeiro capítulo contempla a sessão mais histórica da dissertação, visando contextualizar os eventos que, ao longo dos anos, colaboraram para o estopim da guerra. O segundo capítulo aborda o conflito em si e sua repercussão internacional, apresentando os principais atores envolvidos e seus respectivos interesses e cursos de ação. O terceiro capítulo analisa o conflito através das teorias das relações internacionais, visando explicar, através destas, o conflito e a ação dos atores estatais.

Prefácio.

Em Guerra Civil desde 2011, a situação na Síria evoluiu e deixou de ser apenas mais uma crise política doméstica em um país do Oriente Médio, para se tornar um fator que vem impactando as relações internacionais como um todo. Esse impacto deve-se, em parte, à importância política do país no cenário global – levando em consideração seus aliados – e, em parte, à crise humanitária gerada pelo conflito.

A escalada da violência na guerra tornou-se uma questão internacional à medida que as ações de grupos terroristas deixaram de limitar-se ao território nacional sírio. O surgimento desses novos personagens acarretou o envolvimento indireto de atores estatais (como os Estados Unidos, a Arábia Saudita e a Turquia), através de patrocínios financeiro e bélico à rebeldes (que além de lutarem contra o regime, também combatem algumas forças terroristas).

O relacionamento entre todos os integrantes deste conflito, no entanto, é complexo, dinâmico e dependente dos interesses de cada ator sobre determinadas questões pontuais na tensa e intrincada geopolítica do Oriente Médio. Por este motivo, os agentes ora se apoiam em uma coalizão específica contra um inimigo comum, ora opõem-se sobre outro tema.

Entre os grandes atores Estatais ligados ao conflito, a Rússia e os Estados Unidos aparecem encabeçando as coligações opositoras dos prós e contra regime, respectivamente, o que confere ao evento semelhanças com a findada Guerra Fria. Vale salientar que a carga religiosa, fruto da rivalidade sectária do islã, também promove um pano de fundo *jihadista*¹ ao evento.

Uma das principais consequências da violência na Síria tem sido a verdadeira diáspora de refugiados que fogem dos horrores da guerra. Esta migração forçada transformou a crise síria na “*maior emergência humanitária da nossa era*” segundo o Alto Comissário para refugiados da ONU, Antônio Guterres (2014).

“A crise síria se tornou a maior emergência humanitária da nossa era, e o mundo continua falhando ao não atender as necessidades dos refugiados e dos países

¹ Originalmente com significado religioso, o jihad pode incluir uma luta contra as tentações (“jihad do coração”, “jihad da alma”) ou pela defesa da moralidade (“comandar o bem e proibir o mal”), ou seja, o jihad é um tipo de luta ou esforço de um indivíduo para o seu próprio bem (jihad al-nafs) ou para o bem coletivo (a pregação ou, em última instância, a luta armada). Com o advento do Estado-Nação, o jihad assumiu um caráter missionário, mesclando-se com formas de ativismo social e/ou político. Os jihads do século XX, tendo objetivos nacionais (derrubar o governo e im plantar um estado islâmico) ou internacionais (exportar a “revolução islâmica” e criar um império que una toda a umma), compartilham características com o terrorismo (Cherem, 2009).

que os abrigam”, disse o Alto Comissário da ONU para Refugiados, Antônio Guterres. “A resposta à crise síria deve ser generosa, mas a verdade amarga é que estamos aquém do que é necessário”, completou o chefe do ACNUR (ACNUR, 2014)

Nos últimos 5 anos registrou-se que mais de 4,8 milhões de sírios foram forçados a abandonar seus lares migrando para outros países (SYRIA REGIONAL REFUGEE RESPONSE, 2016).

Não obstante aos impactos negativos que esta crise humanitária causa à sociedade mundial, os grandes tomadores de decisão do cenário internacional hesitam em agir de forma efetiva sobre o conflito em si. Em contrapartida, esses países se atém a impor embargos e a fazer ameaças, enquanto a ONU se mostra incapaz de solucionar esta questão e incapacitada de ajudar as vítimas desta guerra.

Capítulo 1: Antecedentes da Guerra - Fatores históricos e contemporâneos do conflito

1.1 A HISTÓRIA DA SÍRIA

Situada no noroeste do Oriente Médio, a Síria encontra-se na encruzilhada entre os continentes asiático, europeu e africano. Essa localização estratégica lhe rendeu a cobiça de impérios e grandes potências e, no decorrer dos anos, a região foi dominada por egípcios, assírios, macedônios, romanos, britânicos e franceses; até se tornar independente.

Figura 1 Mapa com enfoque na Síria



Fonte 1 Imagem capturada do Google Maps e modificada pela autora

Durante o século 4 d.C., sob ordens do Imperador Constantino, os sírios foram convertidos ao cristianismo, religião que hoje representa 10% da população do país. No entanto, 400 anos depois, no século 8 d.C., a dominação cristã perde força para o recém-nascido islamismo, também responsável pela criação de uma nova cultura na região.

Representado pela figura do profeta Maomé, o islã é a religião de 87% da população síria (CIA FACTBOOK, 2014) e divide-se em dois principais ramos que, apesar de compartilharem muitos fundamentos, divergem entre si quanto ao reconhecimento do legítimo herdeiro da autoridade religiosa de Maomé.

Para os Xiitas (cerca 10% dos muçulmanos), a liderança do islã após a morte de

Maomé deveria ser assumida por Ali, genro do profeta. Já os Sunitas, que representam a vertente mais popular e ortodoxa do islamismo, acreditavam que a sucessão do poder religioso poderia ser feita a qualquer fiel, dado o fato que Maomé não possuía descendentes masculinos diretos².

No século XII, a Síria passou a ser dominada pelo Império Persa que, em seu apogeu, unificou os territórios do Egito, Síria e Iraque. Quatro séculos depois, esse domínio foi transferido para o império Turco-Otomano.

A história da Síria moderna começa com o final da I Guerra Mundial e a extinção do Império Turco Otomano. Durante a Guerra, nacionalistas árabes³ receberam apoio dos ingleses para rebelarem-se contra os Turcos, então aliados dos alemães⁴. Com o final do conflito e a assinatura do Tratado de Sykes-Picot, em 1916, a região do antigo império é dividida em zonas de influência inglesas (Palestina, Transjordânia e o atual Iraque) e francesas (Líbano e Síria).

Durante seu Mandato na Síria, os franceses suprimiram rebeldes nacionalistas (majoritariamente sunitas), impuseram pesados impostos à população e exploraram as rivalidades sectárias dentro do islamismo, focando-se no apoio estratégico às minorias religiosas, tradicionalmente oprimidas pela maioria sunita na região. Os alauítas⁵ foram especialmente favorecidos pela França, passando a ocupar cargos importantes de poder (principalmente nas forças armadas). Esse benefício foi fundamental para a ascensão deste grupo ao governo⁶.

Desde o início de seu protetorado na Síria, os franceses enfrentaram várias

² A rivalidade entre esses dois grupos no cenário mundial pode ser exemplificada pela relação tensa entre os iranianos, grande potência Xiita e os sauditas, majoritariamente sunitas.

³ É importante frisar que o território e senso de um Estado Nação Sírio propriamente dito, bem como a identidade de sua população como nacionais sírios só passou a existir de fato após o fim do Império Turco Otomano. Até então, o Império era subdividido em províncias cujas capitais eram grandes e antigas cidades. (Polk, 2013)

⁴ Na I Guerra Mundial, a Alemanha era membro da Tríplice Aliança, oponente da Tríplice Entente, coalizão da qual pertencia a Grã-Bretanha.

⁵ Os Alauítas são uma minoria religiosa ligada ao secto Xiita do Islã. Assim como os Xiitas, os alauítas acreditam que o legítimo sucessor de Maomé é Ali, seu primo e cunhado. No entanto, para os alauítas, a devoção à Ali é tamanha, que Maomé recebe um papel secundário no tocante à adoração religiosa. Grande parte dos Alauítas vive no noroeste Sírio, na região montonhosa perto da cidade de Latakia. Os Alauítas possuem crenças e ritos secretos com significados esotéricos e gnósticos. Crêem numa trindade composta por Ali, Maomé e Salman Pak (companheiro religioso do primeiro califa), e na reencarnação. Não praticam a peregrinação à Meca e a mesquitas, toleram o consumo do álcool e as mulheres desta religião não vestem o véu. Por todos esses motivos (e entre outros) os alauítas são considerados hereges, e são perseguidos tanto pelos Sunitas nem pelos Xiitas (Zahreddine, 2013, Chouet *apud* Pinto 1995; Balanche, 2008).

⁶ Atualmente os alauítas estão no poder do país representados pelo presidente Bashar al Assad.

revoltas nacionalistas. Algumas, como a Grande Revolta (1925-1927)⁷, chegaram a ter sucesso temporário, instaurando um Governo Nacional Provisório. Porém, eventualmente, todas foram contidas pela França até que, em 1936, após mais uma rebelião, teve início a negociação que conduziria ao Tratado de Independência, em 1946.

O fim do imperialismo francês deixou para trás uma Síria pouco desenvolvida economicamente, politicamente instável e com uma população altamente insatisfeita, criando as condições ideais para a ascensão do partido Baath⁸, cujo secularismo socialista atraiu as minorias étnicas até então marginalizadas no cenário político do país. Um golpe político levou os baathistas a assumirem o governo sírio em 1963.

Eliminando a concorrência partidária e enfraquecendo a elite fundiária sunita, que tradicionalmente controlava o Estado e a economia síria, o partido Baath passa a monopolizar o cenário político do país. Em 1970, divisões dentro do próprio partido resultaram em um novo golpe, dessa vez militar, que coloca a facção conservadora do partido (liderada por Hafez al Assad, pai do atual presidente sírio Bashar al Assad), no poder.

Uma vez no poder, Hafez trabalhou na implementação de um regime fundamentado nos modelos do “*autoritarismo populista*”⁹ (Sobral, 2009) e do uni-partidarismo, utilizando violência para combater seus opositores e reprimir os descontentes. Para diminuir a influência da elite fundiária sunita, os Baathistas valeram-se, inicialmente, do apoio popular e aplicaram reformas agrárias e econômicas na Síria como a redistribuição de um terço das terras para fazendeiros sem-terra, a nacionalização do setor bancário e industrial e a monopolização do comércio exterior pelo Estado.

Com o passar do tempo, no entanto, Hafez Al Assad precisou iniciar um programa

⁷ Em 1925, uma grande revolta contra o Mandato Frances foi iniciada pelos Druzos, sob liderança do Sultão al-Atrash. Logo, a rebelião se espalhou pelo país e passou a envolver diversos sectores da sociedade síria (entre eles os sunitas e alauítas). Apesar de não partilharem de um comando central, a rebelião só foi encerrada, com vitória dos franceses, dois anos depois, em 1927.

⁸ O partido Baath, ou partido da “Ressurreição”, é um partido socialista sírio fundado em 1943 e baseava sua ideologia no Pan-Arabismo. Para os Baathistas o arabismo deveria ser o sentimento único a sobrepor-se à fragmentação étnica do país (POLK, 2013). O partido defende uma sociedade moderna e secular, ou seja, uma separação definitiva entre o poder religioso e político. O laicismo e a intolerância do partido à movimentos islâmicos dentro de fronteiras Sírias devem-se, também, a consciência plena que estes movimentos são igualmente ameaças contra o seu governo. Em termos económicos e sociais o Baath baseava-se e inspirava -se em um modelo de desenvolvimento Marxista e com uma forte componente populista (SOBRAL, 2009)

⁹ Raymond Hinnebusch descreve este modelo como uma estratégia adotada pelas elites nacionalistas do Oriente Médio para a construção dos Estados da região no período pós colonização. Esse modelo apoia (pelo menos inicialmente) as classes mais populares (como trabalhadores, professores e camponeses) e procura estabelecer a estabilidade de um Estado autônomo que usa a centralização do poder para atacar a antiga oligarquia dominante, e subordinar as forças capitalistas à objetivos socialistas.

liberal para desfazer as medidas progressistas implantadas - em particular sobre as reformas agrárias e freios ao setor comercial privado (Dahi e Munif, 2011). Assim, sob seu comando, a Síria modernizou-se e ganhou destaque internacional ao participar ativamente de diversos conflitos armados (em especial contra Israel, integrando as alianças de árabes contra o Estado Judeu), financiar grupos de guerrilha estrangeiros¹⁰ e reafirmar seu apoio à União Soviética durante a Guerra Fria, o que lhe rendeu grande patrocínio bélico deste país.

Ele (Assad) acreditava que os árabes sempre seriam impedidos a menos que eles tivessem apoio militar do bloco soviético para construir uma forte força para enfrentar o armamento tecnológico que fluía dos Estados Unidos para Israel. Estima-se que a União Soviética investiu \$2 bilhões no arsenal sírio após a guerra, incluindo cerca de 160 aviões de combate e 800 tanques T-72. (The New York Times, 2000, tradução nossa)

A economia síria baseava-se principalmente no setor agrícola e na produção de petróleo, ambas atividades de baixo valor agregado. Para manter a satisfação de sua base social (formada por camponeses e trabalhadores) e assim garantir a legitimidade de seu poder, o governo implantou de diversos programas sociais.

Dahi e Manuf (2013) explicam que, para proteger sua base social, o governo impunha restrições quantitativas ao mercado internacional, enquanto incorporava uma grande parte da população sob controle direto do Estado, com o setor público. Segundo Samer Abboud (2015), o primeiro momento da era Assad prezava pelo assistencialismo e intervencionismo estatal na economia, em detrimento do desenvolvimento econômico propriamente dito, sendo empregado o modelo de consumo às custas da acumulação de capital.

Nesse sentido, os primeiros anos de regime registraram melhorias das condições de vida das camadas mais pobres e dos trabalhadores rurais, além de expansão do setor público em decorrência das políticas de redistribuição e de nacionalização – esta última responsável pelo benefício tanto da base social do governo (com a criação de empregos), quanto do aparato de governança do próprio Estado. A expansão do setor público criou uma base social massiva para o regime, empregos para a classe média e uma forte burocracia estatal através da qual o Estado governava (tradução livre ABBOUD, 2015, p.57)

Porém, com o passar do tempo, a manutenção deste modelo mostrou-se

¹⁰ O Hezbollah (partido de Deus em árabe) é uma organização com atuação política e paramilitar fundamentalista islâmica xiita sediada no Líbano

insustentável ao passo que o Estado não conseguia extrair dos grupos assistidos pelos programas sociais, o retorno financeiro necessário para equilibrar os gastos públicos. Nos anos 80¹¹, a economia síria¹² sofreu fortemente com a queda do preço do barril de petróleo. Fato que, juntamente com a crise financeira já enfrentada pelo modelo estatista distributivo, forçou o governo reorientar-se economicamente, empregando a liberalização do mercado e novas reformas agrárias e de distribuição de subsídios agrícolas.

A mudança no modelo econômico de Assad, deve-se ao objetivo principal dos baathistas de manter-se no poder, independentemente dos meios que utilizem para isso. No caso da Síria, para garantir o apoio da base social, Assad inicialmente adotou políticas ligadas ao que Pierre Bourdieu (1998) chama de “mão esquerda do Estado”. Ou seja, num primeiro momento, o regime se responsabilizou pelos setores da educação pública, saúde, habitação, garantidores do bem-estar social, características de um governo socialista.

Entretanto, quando esse perfil político se provou incompatível com o modelo econômico adotado, o país entrou em crise. A insustentabilidade do assistencialismo e do elevado gasto público obrigou o governo a reformular sua governança. Assim, no segundo momento, o Estado passou a valer-se do liberalismo econômico, procurando a ajuda de instituições financeiras privadas e do uso da violência e da fiscalização estatal sobre a população (ou seja, valer-se das peculiaridades da “mão direita”) para reprimir os descontentes e garantir a obediência do povo (Dahi e Manuf 2011; Bordieu 1998).

O regime usou a “mão esquerda” do Estado, que consiste em vários programas em prol do bem-estar social, para elevar as condições de vida da população. No entanto, como explica Bourdieu, o principal objetivo do Estado é manter a hierarquia do poder, independentemente de ela ser garantida através de consenso ou de violência. É por esse motivo que, em momentos de crise, o Estado governa através da “mão direita”, por meio de suas tecnologias de coerção e violência para esmagar qualquer protesto ou movimento social que conteste sua legitimidade. Apesar dos camponeses, trabalhadores e sindicalistas (e.x ordens de advogados) terem recebido representação oficial no regime, eles foram perdendo toda sua autonomia de forma gradual e o Estado passou a governar de forma monocrática do que elegida e estritamente baseado em relações de lealdade. (DAHI & MUNIF, 2011, tradução nossa).

Até meados dos anos 80, o governo era o ator principal da economia síria, enquanto que o setor privado se encontrava praticamente estagnado devido ao receio do regime de que, caso ganhassem influência econômica na Síria, os empresários passariam

¹¹ Após a crise dos anos 70, a produção de petróleo de países fora da Opep cresceu rapidamente, o que resultou no excesso de oferta que iniciou e conseqüente queda do preço da commodity. Entre 1985 e 1986, o preço do petróleo bruto caiu 67%

¹² Na década de 70, a econômica da Síria era baseada principalmente em rendimentos agrícolas e de extração de petróleo - ambas atividades de baixo valor agregado.

também a intervir no cenário político do país.

O dilema era claro: a elite política precisava que o setor privado estimulasse a economia, gerasse divisas para compensar a perda das receitas de petróleo, e criasse empregos para aliviar o estrangulamento no mercado de trabalho no setor público. (ABBOUD, 2015, p. 60, tradução nossa)

No entanto, como a atuação de empresários seria melhor do que a interferência dos grandes bancos, Hafez intensificou a liberalização do mercado, reduziu o controle de preços e cortou ainda mais subsídios. À medida que o governo afrouxava o seu controle sobre a economia, o setor privado sírio emergia (tornando-se seu novo aliado) e a classe de trabalhadores e camponeses perdia seu valor.

A adoção de políticas liberalizantes em detrimento de práticas intervencionistas na Síria aconteceu simultaneamente ao colapso da União Soviética. Essa mudança de diretriz econômica também mostra como o país seguiu a tendência mundial em adotar a liberalização do mercado após o fim da Guerra Fria.

Apesar das tentativas de melhoria econômica por parte do governo, a crise persistiu e, no final dos anos 90, a Síria enfrentava alta taxa de desemprego, estagnação econômica, declínio dos padrões de vida e, conseqüentemente, aumento da pobreza.

Em 10 de Junho de 2000, após 30 anos no poder, Hafez al Assad falece em decorrência de um ataque cardíaco sendo sucedido por seu filho mais novo, Bashar al-Assad.¹³

Casado com uma sunita, médico e educado em Londres, o novo presidente, eleito com 97% dos votos em referendo realizado apenas 6 semanas após a morte de Hafez, passou a representar a esperança na renovação do país. O início do governo de Bashar foi marcado por reformas e modernizações que ficaram conhecidas como “Primavera de Damasco”. Durante um curto período, foi concedida liberdade de expressão, anistia de presos políticos, fechamento de prisões, introdução da internet no país, e a adoção de outras atitudes liberais.

Dahi e Munif escrevem que, apesar da liberalização econômica já estar acontecendo na Síria desde os anos 70; durante o governo de Hafez ela deu-se de forma gradual, dosada em resposta às crises. Já sob o regime de Bashar al Assad, a economia síria se converteu decisivamente ao neoliberalismo e a base social do governo foi

¹³ Com a morte de seu irmão mais velho, Basil, em um acidente automobilístico em 1994, Bashar tornou-se o próximo na linha de sucessão. Sua ascensão, no entanto, só foi possível após algumas manipulações do Parlamento como, por exemplo, a diminuição da idade mínima para presidente de 40 para 34 anos. (El país; 2011).

substituída pelo setor de serviços e a nova burguesia (composta pela classe militar, privilegiada pelo governo ao longo dos anos). No entanto, as novas políticas econômicas e a falta de suporte social resultaram na queda do padrão de vida e na grande disparidade na concentração de renda da população¹⁴.

Após menos de um ano no poder, a governança de Bashar muda drasticamente. A reforma econômica¹⁵ foi estacionada, o Estado de Emergência e o sistema político unipartidário passaram a vigorar novamente e a realidade síria tornou a apresentar todos os tolhimentos que acompanham um governo autoritário habitual.

1.2 A PRIMAVERA ÁRABE¹⁶ E OS SÍRIOS – O DESPERTAR DOS PROTESTOS PRÓ-DEMOCRÁTICOS

Iniciada em 2010 com a comoção popular na Tunísia pelo suicídio de um vendedor ambulante que teve seu carrinho de vendas confiscado pelas autoridades, a sequência de manifestações pró democráticas conhecida como “Primavera Árabe” espalhou-se por países árabes do Norte da África e do Oriente Médio, derrubando governos autoritários e opressores que há tempos detinham o poder.

A autoimolação do jovem Mohamed Bouazizi culminou nos protestos contra o então presidente tunisiano, Zine el-Abedin Ben Ali, há 23 anos no poder. Essas manifestações reverberaram em outros países árabes cujas realidades apresentavam condições socioeconômicas e políticas semelhantes e, logo, movimentos populares foram registrados na Argélia, Egito, Iêmen, Bahrain, Líbia, Kuwait, Líbano, Síria, entre outros.

As nações árabes nunca foram capazes de vivenciar plenamente a liberdade política, tendo em vista a instauração de governos ditatoriais locais logo após o processo de descolonização ocidental no século XX. Todos esses países partilhavam uma realidade socioeconômica precária, apresentando baixas taxas de desenvolvimento¹⁷ e alto índice de desemprego; além de possuírem administrações altamente corruptas e autoritárias. A Primavera Árabe surgiu, portanto, do desejo fundamental pela democracia e todos os seus

¹⁴ No final da primeira década dos anos 2000, apenas 5% da população detinha 50% das riquezas do país, e do desemprego atingia 30% da população.

¹⁵ As reformas econômicas de caráter neoliberal do governo Bashar foram aplicadas com o intuito de reverter o cenário de crise econômica gerada por anos de modelo estatal e populista do período Hafez, marcados pelo desequilíbrio entre os rendimentos e gastos do Estado.

¹⁶ Não há consenso, na comunidade acadêmica, sobre a empregabilidade do termo “Primavera Árabe” como ideal para definir os movimentos ocorridos no norte da África e Oriente Médio a partir de 2010.

¹⁷ Em 2010, o IDH do Egito era de 0,620 (101º posição no rank mundial); do Iêmen 0,439 (133º); da Líbia 0,755 (53º) e da Síria, 0,589 (111º). (UNDP, 2010)

benefícios.

A intensa integração resultada da globalização, ajudou tanto a disseminar e fortalecer as ideias democráticas quanto a difundir a revolução pelos países árabes. No entanto, apesar das insatisfações populares em cada país envolvido terem sido geradas por motivos semelhantes, a Primavera Árabe não foi um movimento uniforme em todos eles, e teve desdobramentos diferentes em cada local; principalmente devido ao papel das forças armadas em cada situação e das interações políticas entre os atores - as chamadas *wartime political orders*¹⁸ (Staniland, 2012). Na Tunísia, a perda do apoio das forças armadas foi crucial para a deposição de Ben Ali. No Egito, o Exército interveio e retirou um ditador do poder, tomando para si a administração do país e na Líbia, a intervenção da OTAN foi decisiva para a queda do governo

Outro fator que também contribuiu para a peculiaridade de cada revolução foi a forma como o sectarismo religioso foi abordado em cada país. Originalmente, a Primavera Árabe era um movimento nacionalista, no sentido da luta popular pelo alcance da democracia. No entanto, o islamismo e, em especial, seu sectarismo religioso passou a desempenhar um papel importante nessas revoltas.

Os países árabes são caracterizados pela variedade de grupos étnicos e religiosos convivendo em um mesmo território (não necessariamente de forma harmoniosa e pacífica). No entanto, o desejo por governos mais justos, populares e igualitários uniu vários desses grupos em prol de mudanças políticas. Nesse sentido, os árabes experimentaram o que pode ser concebido como a religião adaptando-se em prol da política.

No momento, grupos islâmicos – notavelmente a Irmandade Muçumana – estão falando a língua da democracia e unidade nacional. Os islamitas percebem que tem uma oportunidade única de entrar na arena política. É o momento ideal testar suas pretensões democráticas. Uma separação entre a velha guarda reacionária e a nova geração mais liberal não é inconcebível. (BBC, 2011, tradução nossa)

No caso da Síria, o conflito tomou proporções tão complexas e envolveu tantas variáveis, que a Primavera Árabe aparece apenas como uma das questões a serem abordadas na tentativa de compreender o panorama da guerra.

¹⁸ Wartime political orders compreendem as barganhas e os acordos tácitos celebrados entre Estados e oposição no decorrer de guerras civis. Em seu artigo “*States, Insurgents, and Wartime Political Orders*”, Paul Staniland afirma que essas negociações fazem parte da “construção de Estados” e são comuns durante conflitos, variando em decorrência da distribuição do controle territorial e da cooperação entre Estados e Insurgentes (Staniland, 2012, p. 245).

Outros estudos do conflito tentam explicar as causas e histórico do conflito da revolta ao focar na longa trajetória e exaustão das políticas do partido Baath na Síria (Wieland, 2012). Outras pesquisas argumentam que mudanças climáticas e a seca¹⁹ foram os principais impulsionadores do protesto (De Châtel, 2014). Outros apontam para a situação socioeconômica da Síria, às vésperas da revolta, especialmente os efeitos do desemprego e queda do padrão de vida, como causas dos protestos (Dahi e Munif, 2011) enquanto que outros argumentam que o efeito contagioso das manifestações Árabes, inicialmente bem-sucedidas na Tunísia e Egito inspiraram os protestos sírios (Kahf, 2014; Lynch et al, 2013). (Abboud 2015 p.49, tradução nossa).

O poder e a estabilidade do partido Baath sempre se basearam no autoritarismo e na repressão, valendo-se, para isso, de seu controle sobre as forças de segurança do Estado. Desde o início, o principal objetivo dos baathistas foi sua manutenção no poder e todas as reformas realizadas pelo regime contemplavam essa intenção.

A ascensão de Bashar à cadeira presidencial encheu os sírios de esperança, à medida que o início de seu governo foi marcado por mudanças²⁰. A Primavera de Damasco foi representada pela insistência do novo governo na transparência e o combate à corrupção²¹; fechamento de prisões²², liberalização da economia; reformas educacionais; liberdade de expressão e de imprensa; autorização de atividade de outros partidos políticos, entre outras ações. No entanto, Bashar percebeu que quanto mais liberdade era permitida, mais era demandada pelo povo, o que colocou em risco o principal objetivo do partido – a manutenção de seu poder.

A partir do momento em que as mudanças propostas na Primavera de Damasco passaram a ameaçar o status quo político do país, elas foram interrompidas e a população viu-se de volta à familiar realidade opressora, ao Estado de Emergência e à Lei Marcial²³. O descontentamento social devido ao autoritarismo do regime somou-se à precária situação da economia síria, agravada pela seca histórica que assolou o país entre 2006 e 2011. Para Francesca De Châtel (2014), não foi a seca em si que contribuiu como um dos gatilhos para as manifestações que iniciaram em 2011, mas sim, a incompetência do

¹⁹ A seca obrigou o governo a proibir a abertura de novos poços e a fechar outros poços ilegais, o que arruinou os agricultores. Essas medidas, no entanto, não foram aplicadas igualmente em toda a Síria devido a corrupção e as redes clientelistas, o que aumentou a indignação popular (Balanche, 2013)

²⁰ O governo de Bashar representou mudanças pois foi iniciado literalmente a partir de uma. A constituição do país precisou ser alterada para permitir que um Bashar de apenas 34 anos pudesse assumir a cadeira presidencial.

²¹ Após três décadas, o governo de Bashar foi o primeiro a apresentar o orçamento anual antes do início do ano (ICG Middle East report, 2004, p.7).

²² As famosas prisões de Palmira e al-Mazza foram fechadas (ICG Middle East report, idem).

²³ Os sírios vivem no Estado de Emergência e sob lei marcial desde a ascensão do partido Baath, em 1963). Durante a Primavera de Damasco o presidente chegou a cogitar a suspensão desses decretos, mas com a revogação das reformas propostas por Bashar, essa cogitação foi anulada. (ICG Middle East report, ibidem).

governo em lidar com esse fenômeno. Mais de 1,3 milhões de sírios foram afetados pela seca e, em 2010, 17% da população síria sofria com a escassez de alimentos, segundo dados da ONU.

Entre 2006 e 2009, cerca de 1.3 milhões de habitantes do leste sírio foram afetados por fracassos agrícolas. Estima-se que 800.000 pessoas perderam seus meios de subsistência e auxílios alimentares básicos (Solh 2010). Durante esse período, os rendimentos dos campos de trigo e cevada caíram 47% e 67%, respectivamente, e populações animais despencaram (ACSAD 2011). O retorno da seca em 2011 piorou a situação. No final de 2011, foi estimado pelas Nações Unidas que entre dois e três milhões de pessoas foram afetadas [pela seca], das quais um milhão passaram a viver em insegurança alimentar. Mais de 1.5 milhões de pessoas – a maioria agricultores e camponeses – migraram das áreas rurais para as cidades e campos ao redor das grandes cidades sírias de Aleppo, Damasco, Dara'a, Deir ez-Zour, Hama e Homs. (Gleick, 2014 p. 344. Tradução nossa)

Entre 1900 e 2005, a Síria passou por seis grandes secas, nas quais a precipitação de água no inverno foi de apenas um terço da quantidade normal. Cinco dessas secas foram muito intensas, apesar de relativamente rápidas (durando em média uma temporada). No entanto, a última seca se estendeu por anos consecutivos, iniciando em 2006 e perdurando até 2011.

As dificuldades provenientes da mudança climática (a exemplo das colheitas fracassadas, que foram responsáveis pela grave crise alimentar) juntamente com o cancelamento de subsídios²⁴ fornecidos pelo Estado em 2008 e 2009, resultaram no movimento migratório de ex trabalhadores rurais para as periferias das grandes cidades do país²⁵. A liberalização econômica implantada por Bashar aumentou consideravelmente a taxa de desemprego na zona rural; estima-se que aproximadamente 460 mil sírios pararam de trabalhar no setor agrícola entre 2001 e 2007 (10% da força de trabalho total do país). A associação de todos esses fatores (crise econômica e social, repressão violenta e ausência dos direitos básicos) levou a população ao limite da subserviência.

²⁴ O cancelamento dos subsídios foi uma medida financeira que mostrou-se necessária, tendo em vista o crescente orçamento negativo do governo.

²⁵ Economistas sírios sugerem que cerca de 20% da população síria vivia em favelas na primeira década dos anos 2000 (ABBOUD, 2015, p.51).

Capítulo 2: A guerra, seus atores e a repercussão internacional entre 2011 e 2016.

Muitas vezes esquecemos do fato de que as lutas para alcançar e manter o poder, estabelecer a ordem, e planejar um tipo de justiça dentro dos Estados podem ser mais sangrentas do que guerras entre eles.

(Walt, Kenneth, 1979 p. 103)

A Primavera Árabe chegou à Síria em fevereiro de 2011, após a prisão de quinze estudantes por picharem frases anti-regime no muro de uma escola, na cidade de Dar'a. Os protestos populares, que inicialmente pediam a libertação dos jovens, logo passaram a demandar a soltura de outros presos políticos, mudanças na conduta governamental, a criação de uma nova constituição e a autonomia do poder judiciário.

Inicialmente, os protestantes adotaram a estratégia da “não violência” na busca por seus objetivos. Em contrapartida, Bashar empregou duas frentes de ações distintas, iniciando uma série de reformas políticas e medidas econômicas superficiais²⁶ e reprimindo violentamente os opositores. A contradição nas atitudes do regime deixou claro que seu interesse era apenas acalmar os ânimos da população e, assim, findar a revolta, sem precisar realizar grandes mudanças de governança

No entanto, ao perceber que nem as mudanças políticas nem o uso de força repressiva estava surtindo efeito, o governo passou a tentar denegrir os protestos com a difusão de propaganda negativa sobre os manifestantes. O fato dos protestantes não aceitarem as mudanças propostas, apesar das reformas do governo, deveria ser interpretado como uma questão de anarquia.

O Estado de Emergência e as regras sociais que impediam a formação de partidos políticos e qualquer tipo de atividade associativa (implementadas ainda na era Hafez), atrapalharam o desenvolvimento de uma coalizão oposicionista oficial e bem organizada na Síria, no entanto, esse fato não impediu que os protestos continuassem ocorrendo, mesmo que descentralizados²⁷ e sem ligação real entre si, além do descontentamento em comum com o governo. O sucesso da Primavera Árabe em outros países foi o combustível

²⁶ Entre as reformas superficiais realizadas por Assad estão a suspensão do Estado de Emergência e a garantia de cidadania síria aos Curdos (Abboud, 2015). Entre as medidas econômicas, está o aumento do salário 30%. No entanto, com a liberalização econômica e o congelamento dos empregos na função pública depois de uma década, esta medida não teve o sucesso esperado (Balanche, 2013)

²⁷ Segundo Elizabeth O'Bagy (2013), a fragmentação dos movimentos de oposição reflete a complexidade social da Síria e as descentralização da base dos protestos, desde seu início em 2011

para os manifestantes sírios persistirem em suas demandas por mudanças, apesar da repressão do governo.

Os protestantes não compartilhavam precedentes demográficos (jovem/velho), religioso (sunitas/minorias ou secular/religioso), social (urbano/rural), ou econômico (ricos/pobres) em comum. Os protestantes compartilhavam descontentamentos políticos e econômicos em comum contra o regime, mesmo que fossem originários de todas as regiões geográficas da Síria. (ABBOUD, p. 71, tradução nossa).

Ao longo dos anos, a guerra na Síria deixou de ser um conflito doméstico para tornar-se internacional e, aos personagens originais (rebeldes e regime), juntaram-se novos agentes com variados interesses e poder de combate. O Washington Post (2016) compara a situação na Síria com uma “miniguerra mundial”, à medida que lista seus principais atores e tenta descrever a rede de relações entre eles.

Aeronaves russas bombardeiam pelo ar. Milícias iraquianas e libanesas apoiadas por iranianos avançam pelo solo. Um grupo de rebeldes sírios apoiados pelos Estados Unidos, Turquia, Arábia Saudita e Catar tenta conter essas milícias. Forças Curdas, aliadas tanto à Washington quanto à Moscou, aproveitam-se do caos para expandir seu território. O Estado Islâmico invadiu algumas cidades menores enquanto o foco estava voltado aos outros grupos. (Washington Post, 2016, tradução nossa)

A desproporcionalidade entre as forças do governo e rebeldes, a informalidade da oposição não estatal, o envolvimento e a influência do apoio da população, o emprego de práticas terroristas e, principalmente, as motivações de ordens políticas, sociais, históricas e culturais dão ao conflito da Síria todas as características de uma guerra irregular²⁸ (Visacro, 2009).

Na próxima sessão, serão analisados os principais atores do conflito e seus interesses no recorte temporal 2011-2016.

²⁸ Guerras irregulares são conflitos que apresentam rivais assimétricos, dos quais o mais fraco (geralmente um grupo não estatal) tenta alcançar mudanças políticas através de táticas de guerrilhas e/ou terrorismo.

2.1 REBELDES

Em 2014 existem aproximadamente 1.200 grupos de oposição armada na Síria, somando cerca de 100 mil combatentes (IISS, 2014)²⁹.

A resposta violenta do regime aos protestos pacíficos e a incapacidade da oposição em derrubar o governo rapidamente resultou no surgimento de diversos grupos armados; muitos dos quais compostos por civis sem prévio conhecimento militar. A participação popular expandiu a base social da violência da guerra, que deixou de ser perpetrada apenas pelo exército, fazendo emergir grupos autônomos formados por mercenários, milicianos, contrabandistas, insurgentes armados, jihadistas e civis comuns.

Apesar da fragmentação da oposição síria, é possível verificar padrões organizacionais em sua estrutura. Via de regra, existem os rebeldes que restringem sua atuação à pequenas áreas territoriais, geralmente iniciando suas atividades para proteger sua comunidade natal (os chamados “localized batallions”); e os rebeldes que operam em múltiplas localidades, tendem a seguir uma ideologia e são estruturalmente maiores que o primeiro grupo (“franchise brigades”) (O’Bagy, 2013).

No tocante às suas composições e motivações, Shahi Raja (2015) separa a oposição síria em subgrupos³⁰ entre os quais estão os “rebeldes reais” (compostos por civis e desertores das forças armadas, que lutam pela queda do regime atual e instauração de uma nova administração eleita pelo povo), “Jihadistas globais” (ideologicamente motivados pelo estabelecimento de um califado islâmico) e “Nacionalistas Curdos” (que visam a criação de um Estado autônomo – o Curdistão).

A desproporcionalidade bélica entre os grupos rebeldes e as forças do regime gerou estagnação militar do conflito à medida que um lado não consegue sobrepor-se ao outro. No intuito de atrair patrocinadores internacionais para aumentar seu poder de fogo e, consequentemente, sua efetividade nos campos de batalha, alguns grupos rebeldes desenvolveram alianças entre si (Raja, 2015; O’Bagey, 2013).

²⁹ O International Institute for Strategic Studies (Instituto Internacional para Estudos Estratégicos)

³⁰ Shahid Raja subdivide os rebeldes em sete grupos: os rebeldes reais, jihadistas globais, atores financiados, jihadistas nômades, gangues criminosas, senhores tribais e nacionalistas curdos. No entanto, para fins deste trabalho, serão utilizados apenas os subgrupos: os rebeldes reais, jihadistas globais e nacionalistas curdos.

2.1.1 REBELDES REAIS

O Exército Livre da Síria³¹ (ELS) está entre as entidades rebeldes mais proeminentes. Formado em 2011 por desertores do exército sírio baseados na Turquia, seu destaque refere-se à grande rede de aliados que o compõe³². Apesar do próprio nome sugerir, o ELS não deve ser considerado um exército de fato tendo em vista que não apresenta a organização hierárquica, a unidade coordenadora e o compartilhamento de recursos bem definidos e típicos das forças armadas oficiais de um país (Abboud, 2015, p. 144). O ELS deve ser visto, então, não como uma organização específica, mas sim como uma associação composta por várias unidades operacionais que atuam de forma independente, porém com relativa cooperação.

Apesar dessa relativa cooperação, rivalidades internas e conflitos de interesse, são os grandes responsáveis por dissoluções de alianças. Visando minimizar a fragilidade causada por essa fluidez de cooperações, os patrocinadores estrangeiros³³ do ELS exigiram, em 2012, a criação de um Conselho Supremo Militar (CSM)³⁴. O CSM unia trinta líderes rebeldes no intuito de promover sincronismo de operações e coordenação na distribuição de suprimentos entre os afiliados do grupo.

Com o passar do tempo, no entanto, o CSM mostrou-se ineficaz em seu objetivo à medida que alianças continuavam a ser desfeitas conforme grupos rebeldes menores conseguiam patrocinadores próprios³⁵, e alguns dos patrocinadores utilizaram sua influência para benefício dos próprios interesses.

Apesar de suas limitações, no entanto, o ELS conseguiu controlar territórios estratégicos (como o norte da Síria), o que facilitou a captação de recursos enviados por patrocinadores estrangeiros através da Turquia³⁶.

Um grupo rebelde que exemplifica elucidativamente as interações entre rebeldes é o “Brigada Tawhid” (Liwa al-Tawhid). Criado por combatentes dos arredores de Aleppo, a Brigada era originalmente afiliada ao ELS, mas tendências sectárias islamitas

³¹ Tradução do original em inglês: Free Syrian Army (FSA)

³² Para Elizabeth O’Bagy (Institute for the Study of War, 2013), o Exército Livre da Síria não remete a uma instituição propriamente dita. O título é melhor definido como um rótulo associado à resistência síria.

³³ O CSM é patrocinado por países opositores à Assad entre os quais encontram-se os Estados Unidos, França, Inglaterra, países do Golfo Pérsico, Turquia e Jordânia (O’Bagy, 2013)

³⁴ Supreme Military Council (SMC)

³⁵ A criação do CSM não significou exclusividade de patrocínio ao ELS e seus aliados e muito dos patrocinadores continuavam a fornecer suporte direto à grupos rebeldes por fora do CSM.

³⁶ O controle da região norte da Síria e, consequentemente, suas rotas para captação de recursos, representam também vantagem para atração de outros grupos rebeldes dispostos à aliar-se ao ELS em troca do acesso à estas vias.

por parte de seus membros causou o rompimento desta aliança e, em 2012, o grupo aderiu uma nova coalizão chamada “Frente de Liberação Islâmica Síria” (FLIS) que posteriormente também se desfez. As principais brigadas da FLIS (incluindo Tawhid) juntaram-se a um novo grupamento islamita denominado “Frente de Liberação Islâmica” (FLI) que, em 2014 juntou-se ao Conselho de Comando Revolucionário Sírio (aliança entre mais de setenta facções rebeldes).

Em Aleppo³⁷ a fragmentação da oposição rebelde pode ser muito bem observada. Em 2015, o controle do lado oriental da cidade era compartilhado ELS, FLIS, Jabhat an-Nusra e outros grupos rebeldes, cujas relações em geral, eram conflituosas.

A função básica dos Frontes é fornecer aos líderes um espaço para coordenação e tomada de decisão conjunta e compartilhamento de recursos. Os Frontes são os “nós” centrais da rede de violência e incluem grupos como Frente Revolucionária Síria, Frente Islâmica Síria, Jabhat na-Nusra e Estado Islâmico, que compartilham características similares em suas estruturas. Eles são compostos de unidades menores e menos móveis, ativas em áreas mais concentradas geograficamente, e brigadas maiores com centenas de membros, mais móveis, mais ativas e com maior poder no campo de batalha (ABBOUD, p. 109, tradução nossa)

2.1.2 JIHADISTAS GLOBAIS

Apesar do conflito na Síria não ter se iniciado por razões religiosas, o fato da religião ser parte da identidade dos sírios torna a sua participação no evento, inevitável. Essa carga confessional foi explorada pelo patrocínio de governos regionais (principalmente) e ONGs a grupos islâmicos.

Entre os rebeldes cuja diretriz é ideológica, existem os Islâmicos Salafistas, ramo ultraconservador dos Sunitas que defende a criação de uma nova ordem regida de acordo com as tradições religiosas e a interpretação literal do Corão. Suas convicções permitem que a cooperação entre esses grupos seja celebrada com certa facilidade, formando uma “rede jihadista” (Moniquet, 2013). É importante frisar, no entanto, que apesar de apresentarem uma maior facilidade em combinar-se, as alianças formadas entre esses grupos seguem o padrão das outras coalizões estudadas e normalmente não possuem muita profundidade nem estabilidade. Nesse sentido, os grupos salafistas operando na

³⁷ Principal Centro comercial Sírio antes do início da guerra civil, Aleppo também era a cidade mais populosa do país. Por seu status cosmopolita, o sectarismo religioso possuía pouca força na região e sua elite comercial era favorável ao regime Assad, tendo sido beneficiada com a política econômica liberal de Bashar, que favorecia o setor privado. No início da Primavera árabe, as manifestações em Aleppo eram pró-Assad. No entanto, devido a sua proximidade com a Turquia, a cidade passou a representar a principal rota de escoamento de recursos essenciais para a oposição, o que a tornou reduto de grupos rebeldes. Em 2012, Aleppo foi dividida entre forças do regime, que dominavam o lado oeste da cidade, e oposição, controladora do seu lado leste. (Jornal Estado de São Paulo, 2017)

Síria não são uma força unificada, mas sim uma cooperação de unidades divididas que apesar diferem umas das outras em variados níveis, formam uma rede jihadista.

A dimensão confessional sobre a qual a guerra se intensificou é certamente o fator mais crítico por trás do aumento dos salafistas. Atualmente quase todos os membros dos grupos insurgentes armados, independentemente de sua ideologia, são sunitas. Religião não é a força motriz da rebelião, mas é “o denominador comum mais importante dos movimentos insurgentes”(Lund, *Syrian Jihadism*, 2012). Para sunitas que lutam contra o regime na Síria, o Islã é um criador de identidades sectárias, uma ferramenta de mobilização efetiva e uma fonte de conforto espiritual em tempos de guerra (Moniquet, 2013, p. 10, tradução nossa)

A guerra deu aos Salafistas³⁸, por meio principalmente da militarização e propaganda (mídia), a oportunidade de se popularizar entre os sunitas como defensores dessa maioria religiosa ante os hereges alauítas e agentes xiitas³⁹.

Entre os principais grupos salafistas estão o Jabhat al-Nusra (Frente de Apoio ao povo da Síria ou JAN), conhecido por ser a ramificação mais favorecida da Al-Qaeda e por perpetrar ataques terroristas com homens bombas; o Kata'ib Ahrar al-Sham (ou os Batalhões dos homens livres da Síria); e o Liwa al-Islam (Brigada Islamista), este último grupo considerado menos radical que os dois primeiros por “afirmar que rebeldes devem lutar contra as tropas do regime independentemente de seu secto, e que a “limpeza étnica” contra os alauítas é tanto ilegítima do ponto de vista religioso quanto inconsistente com os interesses da revolução” (Moniquet, 2013, p. 17, tradução nossa).

Outro grupo rebelde com diretriz religiosa que ganhou notoriedade na Guerra da Síria (em especial devido à brutalidade de suas ações) foi o “Estado Islâmico do Iraque e Levante” (“EI”, ISIS acrônimo em inglês ou “Daesh”, em árabe), formado por fundamentalistas sunitas que, assim como o al-Nusra, iniciou-se como uma ramificação da Al-Qaeda.

As raízes do EI remontam ao ano 2000, quando a aliança entre Osama Bin Laden e Abu Musab al- Zarqawi (líder do grupo Jama'at al-Tawhid wal-Jihaduma), cria a Al Qaeda do Iraque (AQI). Em 2006, o AQI coligou-se a outros grupos, formando o Estado Islâmico do Iraque (EII) que se manteve ativo, apesar de ações americanas combinadas

³⁸ Salafismo (do salafi, “predecessores” ou “primeiras gerações”) é um movimento ortodoxo ultraconservador dentro do islamismo sunita. A doutrina se caracteriza por “uma abordagem fundamentalista do Islã, emulando o profeta Maomé e seus primeiros seguidores”. O salafismo preconiza aplicação generalizada da sharia (lei islâmica). O movimento é, em geral, dividido em três grandes categorias: o maior grupo são os puristas, que evitam a política por preceitos religiosos; o segundo maior grupo são os ativistas, que se envolvem na disputa política; o menor grupo é o dos jihadistas, que se lançam a luta armada objetivando estabelecer uma teocracia. O Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS) é um grupo salafista.

³⁹ Os Salafistas mais conservadores não reconhecem os Alauítas como mulçumanos (Moniquet, 2013)

com tribos sunitas locais para destruí-lo.

A saída dos Estados Unidos do Iraque retirou o apoio militar e financeiro dos grupos de resistência ao EII, fator que somado ao crescente descontentamento popular com o novo governo iraquiano, enfraqueceu a oposição ao grupo terrorista que tornou a se fortalecer.

A guerra na Síria proporcionou uma chance de expansão ao grupo, cujo objetivo principal é a conquista territorial para a criação de um califado. Nesse sentido, o grupo opõe-se tanto ao regime Assad quanto a outros grupos rebeldes, mesmo os salafistas que não lhe jurarem lealdade (Fuji, 2015), como foi o caso do rompimento (e início das hostilidades) com o JAN, que lhe negou aliança em 2013 (Abboud, 2015; Lauria et al, 2015)⁴⁰. O fortalecimento e expansão territorial do EI na Síria levou o grupo a declarar, em 2014, a criação de um califado que chegou a abranger 35% do território nacional e controlar 60% do petróleo sírio (Fujii 2015; Lauria et al, 2015; Fayad, 2014).

No entanto, a violência empregada nas ações do grupo fez com que o EI acumulasse inimigos ao longo dos anos, transformando-o em adversário comum tanto para outros grupos rebeldes quanto para apoiadores do regime Assad. A ameaça imposta pelo EI passou a moldar interesses geopolíticos, ações e relações entre os demais atores do conflito e culminou no surgimento de uma coalizão anti-EI composta por diversos países⁴¹ preocupados com o poder de recrutamento, expansionista e de capacidade terrorista do grupo terrorista⁴²

Exemplificando o poder do EI como determinante geopolítico da região, está a mudança de atitude americana quanto ao governo Assad e ao seu reconhecimento dos Curdos como entidade terrorista. Por serem forças de combate ao grupo extremistas, Washington abandonou sua posição inicial em favor da mudança do regime atual e passou a tolerar a permanência do presidente⁴³, além de desconsiderar o status “terrorista” para os

⁴⁰ Em adição ao rompimento com o JAN, o EI também rompeu relações com a Al-Qaeda, após a solicitação desta para que o EI permanecesse no Iraque, deixando a Síria para gerência do JAN (Lauria et al, 2015)

⁴¹ Em 2014, uma coalizão liderada pelos EUA que incluía Reino Unido, Bahrein, Jordânia, Qatar, Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos iniciou suas atividades. A OTAN e a Turquia também foram adicionadas a coalizão, posteriormente. Ao longo dos anos, outras coalizões anti-EI foram sendo formadas pelos mais diversos países.

⁴² O EI faz uso estratégico das mídias sociais para recrutar mais adeptos e disseminar sua propaganda. Falhas nos sistemas árabes de educação, a aceitação acrítica das autoridades, fomentação de narrativas étnicas e sectárias que incentivam o confronto religioso, falta de oportunidades econômicas e do Estados de bem-estar social, a injustiça das autoridades e a falta de confiança nos governos nacionais são fatores explorados pelo grupo para a atração de novos membros (Calfat, 2015)

⁴³ Em 2017 os Estados Unidos declararam sua prioridade não é mais depor Assad, mas sim derrotar o EI (Diário Catarinense, 2017; Jornal Estado de São Paulo, 2017)

Curdos, que representa a principal força não estatal na luta contra o EI (Soares et al, 2017).

2.1.3 CURDOS

Os curdos são o quarto maior grupo étnico presente no Oriente Médio, representando uma população de aproximadamente 30 milhões de pessoas que vivem espalhadas pelos territórios da Turquia, Síria, Irã, Iraque e Armênia, apresentando diferentes religiões e línguas.

Desde o século XX, os curdos lutam pela criação de um Estado próprio. Na Turquia, onde a maioria dos curdos está concentrada, constituindo cerca de 20% da população do país, essa luta é liderada pelo “Partido dos Trabalhadores do Curdistão” (PKK – Parti Karkerani Kurdistan; PTC acrônimo em português)⁴⁴, grupo armado considerado terrorista pelo governo de Ancara.

Na Síria, os curdos são aproximadamente 15% da população e se concentram no norte do país. Com o início da guerra, os curdos, representados principalmente pelo Partido da União Democrática⁴⁵(Partiya Yekîtiya Demokrat – PYD; PUD acrônimo em português), filiado ao PTC, trabalham em duas frentes principais contra o regime Assad e contra o Estado Islâmico. O braço armado da PUD conhecido como “Unidade de Proteção Popular”⁴⁶, tornou-se a força síria mais efetiva na luta contra o EI, segundo o presidente americano, Barack Obama, que suspendeu a definição de terrorista do grupo e passou a patrocina-lo, armando e auxiliando no treinamento dos milicianos⁴⁷ (Soares et al., 2017).

Pode-se concluir então que, apesar de muitos, os grupos rebeldes são altamente descentralizados. Coalizões entre esses grupos são normais, porém instáveis e fluidas, celebradas principalmente em decorrência da necessidade para enfrentar ameaças externas em comum (como outros grupos rebeldes hostis e/ou forças do governo). Essa

⁴⁴ Tradução do nome original Parti Karkerani Kurdistan (PKK)

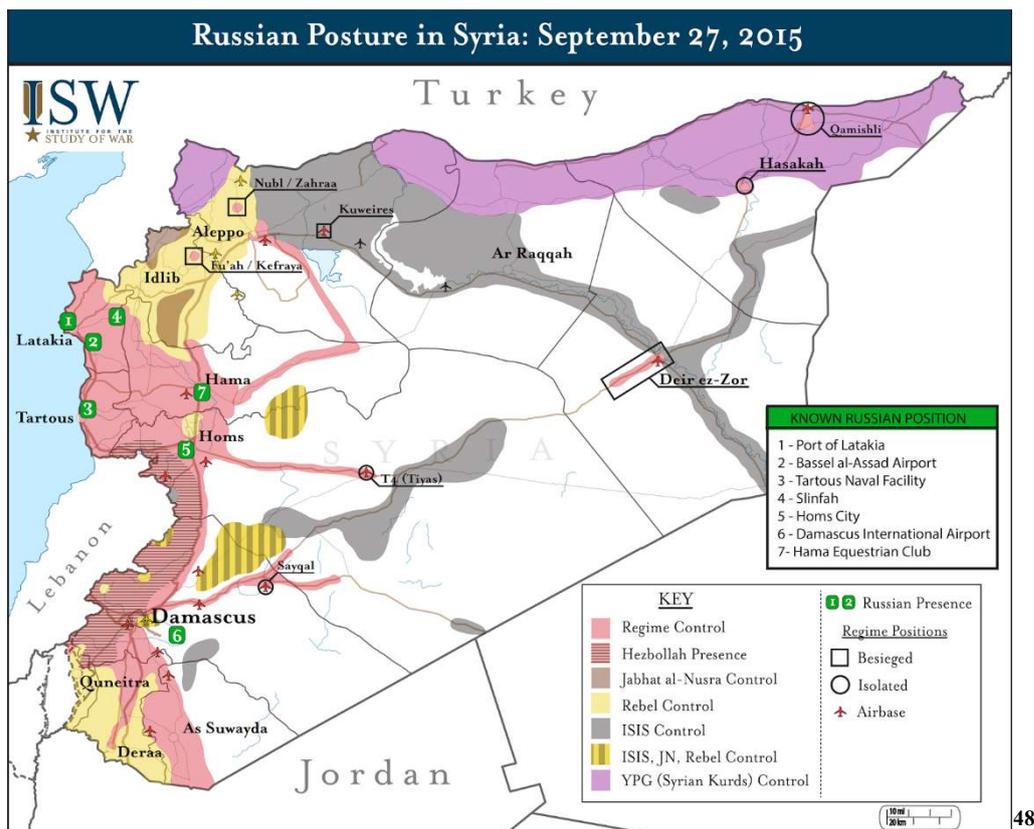
⁴⁵ Tradução do nome original Partiya Yektîya Demokrt (PYK) – filiado ao PKK

⁴⁶ Tradução do nome original Yekîneyen Parastina Gel (YPG)

⁴⁷ Os Peshmerga (ou “aqueles que enfrentam a morte”) são os soldados nacionalistas Curdos do Iraque que por anos lutaram contra o governo iraquiano. No final dos anos 90, os Estados Unidos iniciaram um relacionamento de cooperação com os Peshmerga, que participaram ativamente da queda de Saddam Hussein, em 2003. A partir daí os americanos continuaram a treinar e realizar operações em conjunto com os curdos iraquianos que, em 2005, conseguiram eleger o 1º presidente curdo do Iraque. Atualmente os guerreiros Peshmerga representam uma força extremamente efetiva contra o Estado Islâmico, libertando várias regiões iraquianas do controle do grupo e enviando armas e homens para a luta contra os extremistas na Síria (BBC, 2014).

falta de uma união sólida entre os grupos tornou-se um dos principais fatores que impede a derrubada do regime pelos rebeldes. Nesse sentido, a descentralização e desorganização impede que os muitos (porém relativamente pequenos) grupos de oposição não tenham a força necessária para derrotar as forças armadas de al-Assad e mudar a situação política da Síria.

Figura 2 Mapa mostrando a disposição do controle de grupos rebeldes e governos, em 2015



Fonte 2 Institute for the Study of War

⁴⁸ Disponível em: <http://iswresearch.blogspot.com.br/2015/09/>

2.2 PLAYERS GLOBAIS

O poder é a capacidade de influenciar o sistema internacional mais do que ser influenciado por ele.

(Waltz apud Nogueira et Messari 2005, p.29)

O prolongamento e a intensificação do conflito forçaram a comunidade internacional a abandonar o tom diplomático que vinha empregando, para valer-se de sanções e ameaças de intervenção militar. Em meio à atos de terrorismo, intensa crise humanitária (cujas consequências ultrapassam as fronteiras da Síria) e a forte repercussão pública global gerados pelo conflito, a neutralidade deu lugar à parcialidade à medida que as grandes potências regionais e mundiais passaram a posicionar-se em favor de um lado ou de outro.

No cenário das relações internacionais, a guerra na Síria virou um campo de batalhas de influências de atores estatais, onde os opositores do regime tentam promover ações mais assertivas (como intervenções e sanções mais profundas) que levem a desestabilização (principalmente) e possível deposição de Assad, enquanto que seus aliados tentam vetar ao máximo (no âmbito das Nações Unidas), decisões que sejam prejudiciais à administração atual.

A disseminação continuada dos protestos e a violência recorrente infligida aos protestantes pelas forças do regime forçaram a comunidade internacional a tentar diferentes formas de intervenção diplomática e militar para parar a violência. A preocupação internacional com a Síria aumentou com a militarização da revolta e atores regionais adotaram soluções radicais e opostas. Por um lado, poderosos Estados regionais como Catar, Turquia e Arábia Saudita, adotaram políticas em prol da mudança do regime sírio após tentativas de intervenção diplomáticas e mobilizaram recursos para apoiar grupo de oposição. Por outro lado, os aliados do regime, principalmente Irã, Rússia, e Hezbollah, adotaram uma política em prol da preservação do regime, a todo custo. A medida que o conflito progride, o papel dos atores internacionais no suporte militar, financeiro e político de seus respectivos aliados na Síria talvez seja o principal fator para a continuação do conflito. (ABBOUD, p. 13, tradução nossa).

Em 2013, após especulação sobre a utilização de armas químicas durante ataques aéreos contra rebeldes nos arredores de Damasco⁴⁹, os opositores internacionais de Assad

⁴⁹Em agosto de 2013, uma missão da Organização das Nações Unidas (ONU) confirmou o uso de gás sarin em um ataque químico que matou centenas de civis nos arredores de Damasco. A constatação levou os Estados Unidos a ameaçarem intervenção militar no país. A intervenção, no entanto, nunca se concretizou pois, na época, a discordância entre parlamentares americanos sobre a questão somada e à intercessão dos aliados do governo Sírio na ONU, barrou tal ação. Em contrapartida, a Assad foi obrigado a associar-se a OPCW (Organização pela Proibição de Armas Químicas) e a destruir seu arsenal de armas químicas.

ameaçaram intervenção militar no país e aplicaram sanções econômicas, congelamento de ativos oficiais do governo no exterior e embargo de armas.

A oposição ao regime é composta por mais de setenta países (Abboud, 2105). O grupo “Amigos da Síria”, foi criado em 2012 com o objetivo de promover a deposição de Assad e o fim da violência gerada pela guerra. A associação é composta por dezenas de países e organizações internacionais, e funciona fora do âmbito das Nações Unidas como forma de evitar vetos Russos e Chineses para suas propostas.

No entanto, a grande quantidade de membros dos grupos opositores internacionais é proporcional a quantidade de interesses individuais (que nem sempre estão em consonância). Por esse motivo a aliança anti-regime apresenta uma ambivalência similar à observada entre os grupos rebeldes.

Os países do Golfo, os Estados Unidos e a maioria das potências europeias concordam que o Presidente Bashar al-Assad perdeu sua legitimidade e deve sair do poder. Porém, os mesmos países discordam sobre o nível de prioridade que cada um emprega para este objetivo e sobre os meios para alcançá-lo (Kinninmont, 2014, p. 2, tradução nossa).

2.2.1 ARÁBIA SAUDITA

Encabeçando os opositores estatais do governo encontram-se a Arábia Saudita, a Turquia, a União Europeia e os Estados Unidos. No âmbito regional, os sauditas são o principal opositor regional de Assad. Seu posicionamento é o resultado da mistura entre questões históricas de rivalidades geopolíticas, de segurança regional, e de seu interesse em ampliar a própria influência na região.

A Arábia Saudita ocupa a maior parte da península arábica e é governada por uma monarquia absolutista sunita, baseada na doutrina conservadora do wahhabismo⁵⁰. Além disso, o país possui as duas cidades mais sagradas para o Islamismo (Meca e Medina) e vastas reservas de petróleo - que representam cerca de 80% da receita nacional e 45% do Produto Interno Bruto do país (Visentini *apud* Souza e Jardim, 2014).

Os rendimentos com a produção de petróleo concedem ao Estado capacidade para forte atuação na política regional e para realizar financiamentos extraoficiais à aliados ou grupos insurgentes que lutam contra governos adversários (Gause *apud* Souza e Jardim,

⁵⁰ O wahabismo é um movimento ortodoxo sunita que busca purificar o Islã de qualquer inovação ou prática que não as do ensinamento do Profeta Maomé e seus companheiros, no século sete. O Wahabismo se opõe a maioria das práticas das religiões populares do Islã como a veneração à santos, celebração do aniversário do profeta e maioria das tradições xiitas. E, devido ao seu radicalismo, está em constante confronto com outros grupos islâmicos. (Blanchard, 2007)

2011) e sua produção petrolífera juntamente com a busca por segurança externa, contribuem para a formação de uma aliança mais forte com os Estados Unidos⁵¹.

Como o sectarismo religioso no Oriente Médio é um dos principais fatores geradores de tensão na região, a Arábia Saudita, grande representante sunita, encontra no xiismo radical do Irã (e em seu aliado sírio), sua maior ameaça regional. Nesse sentido, a chegada da Primavera Árabe na Síria, que deveria ativar na Arábia Saudita uma reação contrarrevolucionária (tendo em vista que o movimento busca a mudança de um regime autoritário e prol da democracia), motiva o apoio de Riad aos rebeldes (que acontece principalmente através de financiamentos e envios de armas pela Turquia e Jordânia, e de sanções econômicas e políticas por meio da Liga Árabe⁵²).

Essa reação de Riad parte dos dois princípios primordiais de que a queda de Assad representaria uma redução do poder regional Iraniano, e de que a deposição do governo xiita atual abriria espaço para um novo governo sunita. Assim, a Primavera Árabe na Síria passou a melhor representar uma Guerra Fria entre sauditas e iranianos, onde o confronto militar abre espaço para a disputa por influência que se dá nos sistemas políticos domésticos dos Estados mais fracos da região (Visentini et Roberto, 2015)

Em seu esforço pela queda de Damasco, a Arábia Saudita conseguiu, em 2011, a suspensão associativa da Síria na Liga Árabe⁵³ e, em 2012, solicitou uma intervenção no país por parte das Nações Unidas - que não foi concedida devido ao veto da Rússia e China no Conselho de Segurança da Instituição.

⁵¹ No conflito, a desaprovação da administração de Assad pelos Estados Unidos impede grandes constrangimentos em relação as atitudes sauditas (Souza e Jardim, 2015).

⁵² A Liga dos Estados Árabes é uma organização regional fundada em 1945 pelo Egito, Iraque, Líbano, Arábia Saudita e Síria. Atualmente, A organização conta com 22 membros: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Qatar, Comores, Djibouti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Palestina, Síria (suspenso), Omã, Somália, Sudão e Tunísia (Ministério das Relações Exteriores) A Liga tem como propósito fortalecer as relações entre os Estados membros, coordenar suas políticas com o intuito de alcançar cooperação entre eles e de salvaguardar sua independência e soberania; dando atenção para assuntos e interesses dos países árabes (Refworld, Carta da Liga Árabe, Artigo Segundo. Tradução nossa)

⁵³ Sob liderança da Arábia Saudita e Catar, a Liga Árabe condenou a violência empregada pelo governo Assad no conflito e tentou intervir diplomaticamente, iniciando conversas com a Coalizão Nacional Síria. Houve também a proposta por parte da Liga de um plano de paz que consistia na retirada do exército sírio das cidades, diálogo político entre governo e a Coalizão Nacional, a soltura de presos políticos e a entrada de um observador para monitoramento. Quando ficou claro a falta de interesse do governo Assad em cooperar com o plano de pacificação, a Liga suspendeu a associação da Síria e impôs sanções econômicas (Abboud, 2015).

2.2.2 TURQUIA

Outro tenaz opositor do regime Assad é a Turquia, com quem a Síria compartilha uma larga fronteira que se estende por todo o Norte de seu território. Historicamente, as relações entre os dois países foram marcadas por momentos de neutralidade, tensão e cooperação, antes do atual antagonismo entre seus governos.

Após sua independência, em 1923, a Turquia, liderada por Kemal Atatürk, passou a ser gerida por uma administração laica cuja política externa privilegiava relações com o Ocidente ao mesmo tempo que evitava envolvimento em questões do Oriente Médio. Em 1998, no entanto, o apoio sírio à separatistas curdos do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK)⁵⁴ resultou em ameaças turcas de intervenção militar. Dada a superioridade militar de Ancara, Damasco encerrou os campos de treino do PKK e expulsou o líder do partido, Abdullah Öcalan, a quem fornecia refúgio (Mendes, 2008).

Com a chegada do partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) ao poder turco, em 2002, a política externa do país passou por mudanças. O foco da nova administração, liderada pelo primeiro ministro Recep Edorgan, passou a ser transformar a Turquia em um grande influenciador regional e, para isso, além de manter as conexões com o Ocidente, iniciou-se também um programa de reaproximação com o Oriente Médio.

Assim, entre 2002 e 2011, Turquia e Síria construíram boas relações diplomáticas, o que significou que, durante um primeiro momento da Primavera Árabe, Ancara posicionou-se oficialmente em favor de Assad⁵⁵. Entre abril e setembro de 2011, Edorgan aconselhou Bashar a aplicar algumas reformas políticas da Primavera de Damasco e enviou para a capital síria, conselheiros políticos – a exemplo do então chefe da Inteligência turca e do ministro de relações exteriores - para tentarem convencer o presidente a tomar atitudes que refreassem a crise política em ascensão no país⁵⁶ (Foreign

⁵⁴Os curdos compreendem quase 20% da população da Turquia. O governo de Kemal Atatürk empreendeu grande esforço para que a Turquia abandonasse seu passado islâmico e Otomano e se tornasse uma nação secular e etnicamente homogênea. Para isso, aplicou a supressão de identidades étnicas não turcas. Essa política resultou no atual confronto com os curdos radicais, que lutam por mais autonomia e pelo reconhecimento da cultura curda. Existem vários grupos rebeldes curdos, sendo o PKK o principal.

⁵⁵ Apesar de oficialmente se posicionar em favor de Assad, desde o início, o governo turco sinalizava apoio à oposição: desde 2011, permitia que o Exército Livre da Síria operasse a partir da província turca de Hatay e, em agosto daquele ano, consentiu com a formação do Conselho Nacional Sírio (CNS) em Istambul, o grupo político formal da oposição (Phillips, 2012).

⁵⁶ É importante frisar, no entanto, que o rápido apoio turco ao regime Assad, no início da Primavera Árabe, não era unânime nem sólido. O posicionamento da Turquia em pressionar Bashar para implementar reformas ocorreu devido à proximidade que as lideranças turcas desenvolveram com o líder sírio

Affairs, Turkey's Evolving Syria Strategy, 2015). Entretanto, a partir de setembro de 2011, após ficar claro que Assad não agiria da maneira que Ancara queria, a Turquia rompeu oficialmente as relações com a Síria e passou a apoiar diretamente os rebeldes, na expectativa de que a queda da administração atual abrisse espaço para um novo governo islâmico que seguisse os moldes da atual administração turca (Nasser e Roberto, 2016).

À vista disso, desde o início do conflito, é possível observar quatro estágios no posicionamento turco em relação a Síria: 1) apoio a Assad e tentativa de persuasão para que Damasco realizasse reformas, 2) corte de laços diplomáticos entre os dois países, 3) mudança de posicionamento alinhamento para apoio regional e internacional de soluções para a guerra 4) apoio à oposição política e armada contra Assad. (Phillips, 2012).

Devido à proximidade territorial com a Síria, a Turquia transformou-se também na principal via de entrada de armas e suprimentos para os grupos insurgentes.

Inicia-se, assim, uma segunda fase do conflito, em que o governo turco passa a trabalhar com seus aliados ocidentais e outros países da região, como Arábia Saudita e Catar, para estabelecer uma rede de apoio e suporte aos rebeldes sírios. Recursos militares e financeiros eram enviados até o território turco, dentro do qual haveria uma distribuição encoberta para os grupos de oposição dentro da Síria através das fronteiras da Turquia – pelas quais também foi facilitada a entrada de pessoas que fossem lutar no conflito sírio (Cockburn apud Nasser e Roberto, 2015, p. 16).

A questão dos Curdos que habitam o norte da Síria, adiciona um segundo critério para o posicionamento turco no conflito. Enquanto apoia a mudança de governo em Damasco, Ancara abomina o ganho de espaço por parte dos curdos sírios, por temer a influência desse fato sobre os curdos turcos. O antagonismo para com os curdos revolucionários é tão grande que, em 2015, Erdogan declarou que os membros do PKK são considerados terroristas pela Turquia e comparou o grupo ao Estado Islâmico. “Erdogan comentou que ‘para nós, o PPK é o mesmo que o EI. É errado considera-los diferentes um do outro’” (Park apud Nasser e Roberto 2015, p. 20, tradução nossa).

A hostilidade entre Turquia e os curdos revolucionários impacta na coalizão turco-americana, tendo em vista que os rebeldes curdos na Síria são apoiados pelos Estados Unidos⁵⁷, tornando claro que, agindo em detrimento da coalizão anti-Assad

entre 2002 e 2005 (Nasser e Roberto, 2016). Entretanto, paralelamente ao apoio, o governo turco sinalizava também apoio à oposição síria, dando refúgio e permitindo que grupos insurgentes se instalassem e operassem a partir do território turco (Nasser e Robert, 2016; Fujii, 2015)

⁵⁷ Os Estados Unidos apoiam os curdos por esses se mostrarem a força terrestre mais efetiva contra o Estado Islâmico, na Síria (World Affairs, 2015; Soares et al., 2017)

encabeçada pela tríade Turquia, Arábia Saudita e Ocidente, os países aliados divergem sobre o apoio de certos grupos insurgentes. No caso da Turquia, Ancara não apenas considera os rebeldes curdos terroristas (ao contrário de seus coligados), como também “continua a vê-los como a maior ameaça securitária do país” (Foreign Affairs, Contentious Kurds, 2014, tradução nossa).

Após um período de inação, o governo turco acabou optando por agir contra os curdos, e em outubro de 2014 bombardeou alvos do PKK ao invés de atacar o EI (Zalewski, 2014), opção que contava com a simpatia dos seus aliados da OTAN. Na decisão de Ankara, é provável que tenha pesado o fato de a questão curda representar um risco maior à estabilidade do país, em parte porque há mais de 14 milhões de curdos vivendo dentro das fronteiras turcas, enquanto o fundamentalismo islâmico não possui um grande número de adeptos entre a população turca (Fujii, 2015).

No tocante ao Estado Islâmico, a Turquia inicialmente se recusou a integrar a coalizão internacional que realiza bombardeios aéreos contra alvos do Estado Islâmico até que, em março de 2015⁵⁸, um atentado na cidade turca de Suruç foi ao grupo salafista forçou a intervenção direta de Ancara (Nasser e Roberto, 2016; Fujii, 2015)

O aumento da violência no conflito sírio gerou a maior crise de refugiados testemunhada em quase um quarto de século (ACNUR, 2015) e a aproximação territorial com a Síria também faz com que a Turquia seja o país que mais acolhe refugiados em todo o mundo⁵⁹, o que destaca a importância do papel Turco como player global do conflito.

2.2.3 EUROPA

No Ocidente, a oposição ao regime sírio é encabeçada pela União Europeia e Estados Unidos. Para esses países a deposição de Assad abre caminho para a conquista de alguns pontos de grande interesse (principalmente para os americanos), como a ascensão de uma nova administração pró-ocidente, a diminuição da influência regional do Irã e da Rússia - e o consequente enfraquecimento do Hamas, Hezbollah e outros grupos considerados terroristas pelos países ocidentais⁶⁰ (Raja, 2015) - além de representar uma possibilidade de resolução para a crise de refugiados.

⁵⁸ Devido a essa hesitação turca em entrar em combate direto com o EI, o país era visto como favorável (não em discurso, mas em prática) ao DAESH. (Fuji, 2015)

⁵⁹ Atualmente, a Turquia é o lar de cerca de 45% dos refugiados sírios na região. Dos 4 milhões de refugiados sírios 1.805.255, foram para a Turquia. (ACNUR, 2015)

⁶⁰ A substituição do regime atual por um pró-ocidental significaria a interdição da rota de suprimentos do Irã, que utiliza territórios sírios para fornecer assistência a esses grupos no Líbano e na faixa de Gaza; além de significar o cancelamento propriamente dito do apoio do governo Assad à essas milícias (Raja, 2015)

Apesar do poder político e do arsenal bélico que a oposição Ocidental dispõe, sua atuação na guerra até 2016 foi majoritariamente indireta. Esse fato se deveu tanto aos entraves entre os próprios membros sobre as ações que devem ser tomadas (como o caso do dissenso entre os países da União Europeia sobre a aprovação de ações mais efetivas) quanto aos vetos russos e chineses no Conselho de Segurança da ONU, que tentam impedir decisões prejudiciais à Assad (Schumacher, 2012; Abboud, 2015).

Em grande parte, a política ocidental no conflito sírio tem sido reacionária, com a União Europeia e os Estados Unidos exercendo bem menos influência do que os outros Estados regionais envolvidos no conflito [...] Estados ocidentais não têm sido capazes, ou desejosos, em adotar políticas que alterem radicalmente o curso do conflito. (Abboud, 2015; p.155, tradução nossa)

Desde o início do conflito, o principal curso de ação dos países ocidentais tem sido a imposição de sanções econômicas, congelamento de bens do governo Sírio e apoio a grupos rebeldes. No caso da União Europeia, a divergência entre seus 27 países membros sobre as ações a serem tomadas, demonstra que os interesses domésticos de cada Estado-Membro dominam a política externa da Instituição, o que impede uma ação mais assertiva e efetiva sobre o conflito (Bastos, 2014; Trombetta *apud* Abboud, 2014).

2.2.4 ESTADOS UNIDOS

A chegada do democrata Barack Obama à presidência dos Estados Unidos mudou a diretriz da política externa do país que, entre 2008 e 2016, focou na diminuição do envolvimento americano em questões securitárias no Oriente Médio. Nesse sentido, até o fim do mandato Obama, os Estados Unidos priorizaram o multilateralismo⁶¹ como forma de conciliar a necessidade de resposta aos eventos que se desenrolavam na Síria e a dificuldade que uma intervenção militar unilateral direta enfrentaria. (Bier, 2013).

É importante frisar que a complexidade de uma intervenção militar vai muito além do evento em si, implicando também em elevados custos militares, no acirramento de questões diplomáticas internacionais (ao passo que envolve o sensível tema da violação da soberania nacional e, em geral, estende o confronto - político e bélico - aos aliados do regime atacado) e, ao final do confronto, numa estratégia de retirada segura e responsável das forças intervencionistas, de forma a garantir a segurança, estabilidade e a manutenção

⁶¹ Sistema de coordenação de relações entre três ou mais Estados de acordo com determinados princípios de conduta, e com objetivos definidos. Nesse sentido, os países reconhecem que problemas de impacto mundial como crises ambientais e terrorismo não podem ser tratados de forma individual por cada um dos Estados, mas exigem esforços e políticas coordenados, desenvolvidos de forma coletiva por vários atores (Sousa, 2005, p. 133)

dos valores democráticos ocidentais ao país invadido.

No caso sírio, uma intervenção militar além da deposição de Assad e possível conflito direto com a Rússia, também exigiria a supressão de grupos extremistas da região e investimentos tanto para a reconstrução da estabilidade política do país quanto para a iniciação de uma nova administração pró ocidente, o que representa uma dificuldade atualmente, uma vez que não existe, na Síria, um corpo opositor coeso e forte suficiente para assumir o governo transitório de forma que previna o caos.

A opção americana pela via multilateral de resolução de questões no Oriente Médio destoa do que foi feito em relação à região em termos de política externa americana nos últimos anos, e é reflexo de condições sistêmicas, bem como domésticas, somadas a uma opinião pública, particularmente a americana, mas também a da sociedade internacional como um todo, em sua maioria desfavorável a um novo engajamento do país em relação àquela região (Bier, 2013 p. 14)⁶²

Devido as grandes implicações geradas por uma possível intervenção militar na Síria, os Estados Unidos da era Obama procuraram evitar o confronto direto sem o apoio internacional. Por parte da União Europeia, esse apoio se tornou pouco provável tendo em vista a falta de consenso entre seus membros (em razão da grande quantidade de agendas individuais distintas) e o fator econômico envolvido na realização de ações mais diretas - os elevados custos financeiros de uma intervenção militar na Síria⁶³ condicionam as decisões de uma União Europeia preocupada em evitar o colapso do Euro (Byman *apud* Bastos, 2013 p. 27).

Assim, a reação ocidental ao conflito até 2016 foi majoritariamente indireta, limitando-se ao apoio à grupos rebeldes, a adoção de sanções econômicas e a assistência humanitária às vítimas da guerra e aos refugiados.

No tocante ao apoio a grupos rebeldes, o auxílio acontece em meio a restrições consideradas necessárias, ao ponto de vista ocidental. O temor pelo extravio do suporte bélico fornecido aos rebeldes faz com que o Ocidente se restrinja ao envio apenas de armamentos leves (Bastos, 2014; Abboud, 2015).

Em dezembro de 2013, após combatentes Islamitas se terem apoderado de bases do Exército Sírio Livre no norte do país, os Estados Unidos da América e o Reino Unido suspenderam o envio de ajuda não-letal. Os dois Estados declararam que não pretendiam que o material fornecido aos rebeldes sírios ficasse em poder dos Islamitas, pois temeu-se que o envio de armamento para

⁶² A opinião pública americana é veementemente contrária ao envolvimento direto do país na Síria, sendo inflamada ainda pelo fantasma das duas guerras malsucedidas no Afeganistão e Iraque (Bier, 2013)

⁶³ Uma intervenção militar dos Estados Unidos na Síria custaria US\$ 1 bilhão mensais e colocaria em risco outras áreas da segurança nacional, advertiu o chefe do Estado-Maior Conjunto, general Martin Dempsey, em carta divulgada nesta terça-feira. (Revista Exame, 2013)

os rebeldes no território sírio pudesse ser a repetição dos casos do Iraque ou da Líbia. (Bastos, 2014, p.30)

Não obstante a política não-intervencionista adotada pelo ocidente, pequenas incursões militares individuais (por razões geopolíticas diferentes) aconteceram na Síria ao longo dos anos, como os casos dos bombardeios americanos e israelenses contra alvos específicos, atribuídos ao EI e Hezbollah.

Israel tem intervindo numerosas vezes durante o conflito, bombardeando áreas-chaves do regime e comboios atribuídos à entrega de armamentos ao Hezbollah. A Turquia interveio militarmente em 2015 para resgatar um Mausoléu, mas logo retirou-se de volta ao seu território, enquanto uma coalizão liderada pelos Estados Unidos iniciou bombardeio aéreo a áreas do Estado Islâmico na Síria em agosto de 2014. (Abboud, 2015 p. 160, tradução nossa).

Em 2013, um ataque químico supostamente perpetrado pelo regime na região agrícola de Ghouta (área tomada pelos rebeldes nas cercanias de Damasco) pôs em cheque a política não-intervencionista americana. Assad havia cruzado a “linha vermelha” definida pelo então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em seus discursos e a comunidade internacional ficou na expectativa sobre qual seria a resposta americana. Apesar de ter a autoridade para iniciar sozinho uma intervenção militar, o presidente Obama procurou o apoio do Senado para implementar a ação, recebendo a anuência com algumas restrições⁶⁴. Entretanto, ainda antes de ter se iniciado, a incurção foi descartada após a aprovação da Resolução 2118 pelo Conselho de Segurança da ONU, sobre a eliminação de armas químicas sírias⁶⁵.

2.2.5 RÚSSIA

Outro ponto importante é a reação que as atitudes adotadas pelos opositores podem desencadear nos aliados do regime, representados especialmente pela Rússia, Irã e China. No caso do conflito sírio, até a falta de envolvimento dos grandes atores gera consequências, ao criar um “vácuo de poder” na região (Bier, 2013).

A Rússia é o principal aliado de Assad, dando-lhe suporte nas Nações Unidas, sendo seu principal fornecedor de armas e lhe emprestando contingente militar e artilharia antiaérea para proteção do regime (Raja, 2015). O apoio russo se dá por motivos

⁶⁴ Foi permitida ação militar limitada com uma duração máxima de 60 dias e sem o envio de soldados para o terreno (Bastos, 2014)

⁶⁵ A Resolução 2118 define que nenhuma parte na Síria deve usar, desenvolver, produzir, adquirir, armazenar, conservar ou transferir armas químicas, que sejam implementadas ações para a destruição rápida do programa de armas químicas do país (Nações Unidas, 2013).

geopolíticos, domésticos e econômicos.

O início do mandato de Putin no Kremlin foi marcado pela intensificação da busca russa por sua reafirmação internacional (afetada desde o final da Guerra Fria). Nesse sentido, Moscou passou a adotar uma política engajada na priorização dos interesses nacionais.

A aliança com o governo sírio garante um ponto de influência russo em detrimento do controle ocidental na região (cuja expansão significa a disseminação de movimentos que visam mudanças de regimes - fato que pode trazer sérias consequências dentro do território russo, composto por vários grupos étnicos que estão em constante tensão com o governo, buscando independência). Segundo Piotr Pietrzak (2016), a presença militar russa na Síria (que acontece desde 2015) tem um valor simbólico que vai além da proteção de um aliado: “Vladimir Putin precisa dessa intervenção mais do que Assad, tendo em vista que ao intervir na Síria, a Rússia mostra que está “de volta ao jogo”, e é capaz de recuperar o status de superpotência [perdido desde o final da Guerra Fria]” (Pietrzak, 2016 p. 3. Tradução nossa).

Além disso, a Rússia possui uma base aérea na cidade de Latakia (no noroeste sírio) e, em Tartus (no oeste do país), está localizada sua última estação naval no Oriente Médio⁶⁶, que representa um importante posto de abastecimento e base de escuta e inteligência militar. O porto de Tartus é o único acesso russo ao leste do mar Mediterrâneo e possibilita a frota naval russa abastecer-se e navegar pela região e mares próximos, quando em atividade (Picolli et al, 2016; Raja, 2015).

A manutenção do conflito na Síria também é financeiramente favorável para o Kremlin, pois, além de significar a preservação de um importante comprador de armamentos russos, contribui para a elevação dos preços do petróleo⁶⁷, o que aumenta a dependência energética europeia da Rússia (Raja, 2015).

Em 2014, a Europa era responsável pela consumação de 70% do petróleo e 65% do gás exportado pela Rússia (BBC, 2014). Esse abastecimento ocorre principalmente através da Alemanha, que compra a energia de Moscou para então comercializá-la com o resto do continente. Devido aos posicionamentos polêmicos assumidos pela Rússia em

⁶⁶ A Rússia, está construindo uma segunda base naval no Mar Negro. Caso a sua base em Tartus seja desativada, os navios de guerra russos teriam que passar pelo Bósforo, que é controlado pela Turquia – membro da OTAN (Raja, 2015).

⁶⁷ Empresas russas investiram cerca de 20 bilhões de dólares na indústria petrolífera síria, que serão perdidos se o regime de Assad cair (Idem, p. 28)

eventos como a crise política na Criméia e na guerra da Síria, a Europa (em especial a Inglaterra e França) tem tentado diminuir a dependência energética de Moscou. Nesse sentido, caso Assad seja deposto e uma nova administração sunita pró-ocidente e pró-Arábia Saudita ascenda ao poder, a Rússia corre o risco de perder o mercado europeu (Roberto, 2012).

Riad vem apoiando o setor sunita do Iraque para este ajuda-lo a derrubar o atual governo sírio. Caso Assad caia, é provável que o novo governante seja favorável aos sunitas iraquianos e aos sauditas. Uma mudança de governo mais tarde favorecendo os sunitas no Iraque – tirando os xiitas do poder – levaria a uma reconfiguração a favor dos sauditas na região. Se levarmos em conta um contexto em que a Síria possua um governo favorável aos sunitas e aos sauditas, e que o Iraque também possua um governo formado pelos sunitas iraquianos, os anglo-franceses poderiam conseguir contratos de exploração de petróleo iraquiano que seria escoado pela Síria, indo direto do Mediterrâneo Leste à Europa, sem passar pelo estreito de Ormuz, sob a influência Iraniana [...] Alemanha e Rússia possuem acordos energéticos importantes, onde a energia russa é vendida a Berlim que então comercializa com os outros países da Europa Ocidental e Central. Os anglo-franceses buscariam uma menor dependência desta fonte de energia russo-alemã através dos contratos de petróleo iraquiano via uma nova Síria favorável a eles (Roberto, 2012 p.65).

Por fim, o temor pela emergência de grupos salafistas-jihadistas na região, e principalmente no Cáucaso,⁶⁸ é altamente preocupante para Moscou. A própria Rússia possuía, em 2010, uma expressiva população mulçumana que compreende entre 10% e 15% de sua população total (CIA FACTBOOK, 2016), portanto, o potencial de efeitos para a Rússia dos desdobramentos do mundo muçulmano e, em especial, do Oriente Médio é significativo, podendo, inclusive, impactar em sua estabilidade interna. Seguindo essa ideia, o apoio russo à Damasco significa o apoio a uma força efetiva de combate ao terrorismo.

Por todos esses motivos, a Rússia tornou-se o maior aliado do regime Assad, protegendo Damasco através de sua influência política, sua posição no Conselho de Segurança da ONU⁶⁹ e do envio de apoio militar à solo sírio. Essa aproximação com o Assad colocou Moscou em divergência direta com os Estados Unidos.

Os objetivos opostos sobre a guerra na Síria reacenderam a histórica competição entre americanos e russos, degastando ainda as relações entre esses dois países e criando um clima considerado pelo chefe da diplomacia alemã, Frank-Walter Steinmeier, como sendo o mais perigoso que a Guerra Fria. Essa afirmação, feita ao jornal Bild (2016), foi

⁶⁸ Situada entre os mares Negro e Cáspio, a região do Cáucaso é composta pelos os países independentes da Geórgia, Armênia e Azerbaijão (cujas populações são compostas em larga escala por comunidades mulçumanas), faz fronteira com a Rússia, ao norte, e Turquia e Irã, ao sul, e é considerada área de influência do kremlin. (Pautasso et al, 2016)

⁶⁹ Repetidas vezes a Rússia vetou, na ONU, propostas de sanções, de deposição de Assad

reiterada por Wolfgang Ischinger que afirmou que “este risco nunca foi tão grande em décadas e a confiança entre o Oeste e o Leste nunca foi tão frágil”.

Posicionamentos opostos no confronto sírio somaram-se a busca pela proteção das próprias agendas energéticas, ao reconhecimento russo da anexação da Criméia e as incursões americanas no Iraque e Afeganistão (sem o aval da ONU em regiões tão próximas ao território russo), acirrando o já existente conflito de interesses econômicos e geopolíticos entre os Moscou e Washington.

Em 2013 a tensão entre os dois países atingiu um ápice após o ataque químico de Ghouta. Enquanto Barack Obama atribuía ao regime Assad a autoria do ataque e anunciava ao mundo a intenção de intervir militarmente na Síria, mesmo que sem esperar o resultado da investigação dos inspetores das Nações Unidas e à revelia da aprovação da ONU, Vladimir Putin afirmava (em entrevista para o *The New York Times*) que caso o plano da Casa Branca fosse levada adiante, a ONU estaria desprestigiada e prestes a seguir o mesmo destino da Liga das Nações.

Estou confiante no caso que nosso governo concluiu sem aguardar os inspetores da ONU. Estou confortável em seguir em frente sem a aprovação de um Conselho de Segurança das Nações Unidas que, até agora, esteve completamente paralisado e indisposto à responsabilizar Assad (Obama, 2013. Tradução nossa).

A competição ideológica entre Moscou e Washington deu espaço para uma competição por influência. Em 2016, o Conselho de Segurança da ONU foi palco de mais uma disputa diplomática entre Rússia e os países Ocidentais, quando colocou em pauta a votação de dois rascunhos de Resoluções, o primeiro elaborado pela França e o segundo, pela Rússia. Ambos os rascunhos pediam por uma trégua e acesso à ajuda humanitária na Síria, no entanto, ao contrário do draft russo, a Resolução francesa exigia especificamente o fim dos ataques aéreos à Aleppo, que na época sofria intensos bombardeios sobre áreas de reduto rebelde, na zona leste da cidade. A ação do regime, que atingiu hospitais e outras infraestruturas, impactou aproximadamente 250.000 civis que residiam no local. Por apoiar Assad na luta contra os rebeldes e fornecer os aviões bombardeiros, o Kremlin usou seu quinto veto sobre resoluções da ONU desde o início do conflito no país⁷⁰, afirmando que a Resolução francesa não foi escrita para fazer progresso no conflito, mas para

⁷⁰ O rascunho da Resolução francesa teve 11 votos a favor, 2 abstenções (China e Angola) e 2 votos contrários (Rússia e Venezuela). Por esse motivo, a Rússia precisou utilizar seu poder de veto para parar a resolução. Já o draft russo, não recebeu a quantidade mínima de 9 votos favoráveis (recebendo apoio apenas da China, Venezuela e Egito) para que um dos membros com poder de veto (Rússia, Estados Unidos, França, Inglaterra e China) precisasse utilizar essa prerrogativa (Reuters, 2016).

causar o veto russo. (Daily Mail, 2016; Reuters, 2016).

2.2.6 CHINA

Outra potência que tem se valido constantemente de seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU é a China. Esse gigante asiático conhecido no cenário diplomático internacional por historicamente adotar uma política externa anti-intervencionista, tem se posicionado ao lado do regime Assad e bloqueado, juntamente com a Rússia, ações prejudiciais à Damasco através ONU.

A resistência chinesa à interferência internacional resulta de seu receio em fomentar a tendência dos Estados Unidos e Europa de se envolver em questões internas de nações soberanas. Como essas ingerências geralmente ocorrem quando o intervencionista tem interesse na mudança de regime do país invadido, os chineses temem que seu apoio nutra ainda mais esse perfil ocidental, abrindo precedente para que, no futuro, ele possa ser exercido contra a própria China.

Apesar de continuamente ter evitado mergulhar em questões do Oriente Médio, a China (assim como a Rússia) intenciona expandir seu papel global. Por esse motivo, os chineses se veem obrigados a cada vez mais envolver-se nos assuntos ligados à região.

A liderança chinesa costumeiramente considera o Oriente Médio como um “cemitério para grandes potências”; para a China, a região é pouco familiar e incompreensível. A China tem dificuldade em entender o papel chave da religião nas políticas do Oriente Médio. Consciente dos grandes interesses de outras potências globais, os chineses temem ficarem presos no atoleiro de conflitos internos no mundo mulçumano (Evron, 2013, p.79. Tradução nossa).

No tocante ao interesse econômico, apesar do nível de comércio entre a China e o Oriente Médio ter aumentado consideravelmente nas últimas décadas, em especial devido à crescente demanda chinesa por óleo importado⁷¹ (Souza et Jardim, 2017) e, apesar da China ter assumido o papel da Europa de principal comprador de óleo bruto sírio após a imposição do embargo europeu de compra deste tipo de produto, em 2011, o interesse econômico chinês na Síria é relativamente limitado (Evron, 2013)⁷².

O alinhamento com a Rússia em vetar ações prejudiciais à Assad vem então servindo a certos interesses chineses, como o de permanecer aderida ao seu princípio de

⁷¹ Em 2011 a região se tornou o principal exportador de petróleo bruto para a China, correspondendo a 51% das importações chinesas de óleo (Souza et Jardim, 2017 p. 14)

⁷² Devido ao conflito, o volume de trocas sírias com os mercados externos diminuiu dramaticamente nos últimos anos indo de algo em torno de US\$ 30 bilhões em 2010 para, conforme relatório da OMC (2010), para, conforme estimativas do The World Factbook (2016) aproximadamente US\$ 8 bilhões em 2015 (João et Jardim, 2017, p.19).

não-intervenção, o de promover um contrapeso à influência Ocidental e o de apoiar uma força efetiva (o regime) contra o terrorismo (em especial o Estado Islâmico). Os vetos da China às resoluções da ONU são então justificados pelas afirmações de que a solução para o conflito sírio deve ser alcançada através de diálogos, não através da força (Evron, 2013) e de que mudanças forçadas de regime violam o princípio de soberania, consagrada na Carta das Nações Unidas, e iriam se provar politicamente desestabilizadoras para a Síria e região (Swaine, 2012 p.5)

2.2.7. IRÃ

Regionalmente, o Irã se destaca como maior aliado de Bashar al-Assad. Apesar de inusitada (tendo em vista o governo religioso do Irã frente ao regime laico e social dos Assad, na Síria), a aliança entre iranianos e sírios foi se aprofundando ao longo dos anos em consequência, principalmente, do combate a inimigos em comum.

Os dois países se alinharam após a Revolução Iraniana de 1979⁷³, sendo a Síria o primeiro país árabe a reconhecer o novo regime iraniano. Na época, Hafez al-Assad declarou seu apoio ao novo Irã, exaltando o surgimento de um novo governo baseado nos princípios do Islã, indicando este fato como sendo de grande interesse não apenas para os iranianos, mas também para todo os povos árabes e mulçumanos (Goodarzi, 2006 p.18). Além disto, quando a Síria de Hafez al-Assad se viu isolada no Oriente Médio devido ao seu antagonismo ao Iraque e a assinatura do acordo de Camp David entre Egito e Israel⁷⁴, Damasco vislumbrou a oportunidade de substituir Cairo por Teerã em sua carteira de aliados regionais, dada a postura antiamericana do novo Irã de Khomeini.

Nos anos 80, os países se uniram durante a Guerra Irã- Iraque⁷⁵ e, ao longo dos

⁷³ Muitos países árabes, incluindo Arábia Saudita, Jordânia, Egito e Iraque, se sentiram ameaçados pela nova retórica que emanava de Teerã e não compartilhavam do entusiasmo sírio pela Revolução Iraniana. Eles não viam a revolução como uma oportunidade para acabar com a animosidade árabe-iraniana, mas sim, como um evento que poderia incitar inquietações domésticas nos países vizinhos e ameaçar a estabilidade regional (Goodarzi, 2016 p. 22, tradução nossa)

⁷⁴ Assinado em 1977, apenas quatro anos após a Guerra de Ion Kipur, Camp David foi o primeiro acordo de paz entre um país árabe e o Estado de Israel. O acordo de paz isolou o Egito no mundo árabe, que foi expulso da Liga Árabe (onde seria readmitido apenas no fim da década de 1980) e encerrou a rivalidade histórica entre os dois países que, em 30 anos, foram partes opositoras em 4 conflitos

⁷⁵ A Guerra Irã-Iraque durou de 1980 a 1988, causou a morte de mais de um milhão de pessoas e iniciou-se devido uma disputa pelo controle do canal Chatt-el-Arab, pelo qual o Iraque escoava sua produção de petróleo para o Golfo Pérsico e cuja margem oriental era controlada pelo Irã. A Guerra e a Revolução iraniana de 1979 foram as grandes responsáveis pela segunda crise de abastecimento energético mundial. Durante o conflito, o Iraque recebeu apoio de muitos países, inclusive os Estados Unidos (grande opositor da revolução que depôs Xá Reza Pahlevi do poder iraniano). Durante o conflito, que acabou sem vencedores, A Síria ofereceu apoio material ao governo iraniano através do envio de armas soviéticas, boicotou a

anos, aprofundaram seus laços criando a coalizão chamada “Eixo da Resistência” (composta pelo Irã, Síria e os atores árabes não estatais Hezbollah e Hamas), cujo principal objetivo é conter os avanços de Israel contra o Líbano e evitar a expansão da influência americana no Oriente Médio. Dentro do Eixo de Resistência, a Síria possui um papel estratégico, pois atua como um canal de condução do apoio militar e financeiro iraniano para o Hezbollah e o Hamas, sendo essencial para a estratégia de retaliação do Teerã contra alvos estadunidenses e israelenses (Ayooob, 2012).

Em 2006, ambos os países assinaram seu primeiro pacto de defesa mútua bilateral e desde 2011 o Irã tem demonstrado apoio incondicional à Assad o que, apesar de lhe ser altamente custoso (tanto em termos materiais quanto para sua reputação regional – que tem sofrido por postar-se ao lado do regime sírio, visto como ilegítimo pela maioria dos povos da região), lhe é também de extrema importância, considerando-se que a queda de Damasco abre a possibilidade da ascensão de um próximo governo sunita – apoiado pelas petromonarquias do Golfo e o Ocidente – que rompa as relações entre do Eixo de Resistencia e, conseqüentemente, a ocasione o sufocamento internacional a Teerã, que deixará de ter qualquer aliado estatal regional.

É possível concluir, portanto, que o conflito sírio que se iniciou como mais uma guerra civil da Primavera Árabe, tomou dimensões mundiais, não apenas pela importância geoestratégica do país, mais também pelos atores que se envolveram no conflito com o passar dos anos; atores esses que apresentam uma ambivalência muito clara, movidos por interesses próprios que, conseqüentemente, não permitem a formação de coalizões estáveis e assertivas, capazes de levar ao confronto, um ponto final.

A Síria transformou-se em um tabuleiro onde enfrentavam-se não apenas os atores originais representados pela oposição e pelo regime, mas também rivais regionais e internacionais. Por essa perspectiva, o conflito no país passou a apresentar também peculiaridades dos conflitos assimétricos, onde são empregados contendores não-Estatais.

Nesse sentido, o país tornou-se palco de uma guerra por procuração (ou “proxy war”) sobre questões não resolvidas entre os outros players no tocante a antagonismos ideológicos e religiosos. Assim, enxerga-se pouco envolvimento militar dos grandes atores internacionais, que agem no conflito de uma forma mais indireta, usando-se de

formação de uma frente diplomática unida na Liga Árabe contra o Irã e fechou o oleoduto iraquiano trans-sírio que passava pelo seu território, estrangulando as receitas de Bagdá (GOODARZI, 2009).

jogos de influência e de patrocínio bélico e financeiro aos players nacionais, responsáveis pelo confronto propriamente dito.

A vitória na Síria vai, portanto, além da vitória dos rebeldes sobre o regime, simbolizando o triunfo de uma ideologia, de uma cultura (ocidental x oriental) e de um secto religioso, sobre o outro.

NOTA ADICIONAL

Este trabalho limita seu recorte temporal entre os anos de 2011 e 2016. A escolha desse período levou em consideração o início, desenvolvimento, e acontecimentos importantes da guerra na Síria que reverberaram internacionalmente, e o término dos mandatos do presidente americano, Barack Obama.

A influência do mandato presidencial americano no conflito está relacionada com a condução da política externa desse país que, devido ao seu poder hegemônico, é um ator altamente influenciador do sistema internacional, além ser o principal representante da coalizão ocidental anti- Assad e EI.

Durante o mandato de Barack Obama a política externa americana assumiu um tom menos agressivo do que seu antecessor (George W. Bush) a medida que tentou reconstruir a imagem internacional dos Estados Unidos resetando suas relações diplomáticas, e focando na cooperação ao invés da dominação (Hastedt, 2017). Destacando a importância da diplomacia multilateral, Obama também procurou valorizar o papel dos organismos mediadores internacionais, como a ONU.

Nesse sentido, a política externa americana adotou um perfil mais conciliatório, cosmopolita e moderado, apresentando maior tendência à utilização de práticas do *soft power*⁷⁶, e empregando o poder da influência em oposição à força militar. Segundo Glenn Hastedt (2017), durante a era Obama, os Estados Unidos procuraram ser o delegado do mundo, não seu policial. Ou seja, o país focou na manutenção de seu status de superpotência hegemônica, procurando preservar a ordem mundial, ao mesmo tempo que evitou empregar sua força militar para isso.

A substituição de Obama por Donald Trump, após a eleição de 2016, representou o retorno a valorização da agressividade e do conservadorismo republicanos. Com discursos inflamados durante as campanhas eleitorais, Donald Trump insinuava que empregaria uma política externa mais radical e menos conciliatória que seu predecessor, fazendo os Estados Unidos voltar ao status de personagem ativamente regulador do sistema internacional, explorando a capacidade do país de moldar o cenário global para

⁷⁶ As práticas do *soft power* procuram constuir a política externa de um país através do poder da influência e persuasão. Assim, ao utilizar o *soft power*, o Estado procura convencer outros países a voluntariamente apoiarem sua posição. Nesse caso, a doutrina de dominação é substituída pela cooperação. Em oposição ao *soft power* está o *hard power*, que emprega práticas coercitivas e é associado ao poder militar de um país. No *hard power*, a política externa do país é planejada para compelir outro Estado a agir de acordo com o seu interesse. (Hastedt, 2017)

alcançar seus objetivos.

Apesar do mandato de Trump ainda ser muito novo (não tendo completado seus primeiros 6 meses ainda) para que seja possível lhe fazer uma análise precisa; desde a campanha eleitoral, já era possível observar (através de seus discursos) como seu perfil político se oporia ao de Obama (independente do fato de participarem de partidos políticos cujas ideologias são divergentes)⁷⁷; em especial no setor das políticas externas estadunidense, tendo em vista que, como candidato, Trump foi um crítico ferrenho das atitudes de seu antecessor.

No tocante ao conflito na Síria, Trump inicialmente mostrava-se contrário a uma intervenção militar no país⁷⁸ e ao recebimento de refugiados pelos Estados Unidos. Em 2013, o atual presidente declarou-se publicamente contrário ao plano intervencionista de Obama após o ataque químico de Ghouta, afirmando que uma ação militar na Síria só resultaria em custos financeiros e mais um longo conflito a ser travado.

Trump parece favorecer o alinhamento com a Rússia na luta contra o Estado Islâmico (EI), vendo a destruição do autodeclarado califado, ao invés da remoção do presidente sírio Bashar al-Assad do poder, como a prioridade dos Estados Unidos. (Khatib, 2016 p. 18. Tradução nossa)

No entanto, após tornar-se o 45º presidente americano, Trump se viu obrigado pelas circunstâncias a contradizer muitas de suas prévias declarações. Um novo ataque químico atribuído as forças de Assad sobre a cidade síria de Khan Shaykhun em abril de 2017, foram responsáveis pela mudança de pensamento do presidente republicano que, em dois dias, ordenou o bombardeio de uma base aérea síria (que, segundo oficiais dos Estados Unidos, teria sido o ponto de lançamento do ataque químico), sem o consentimento (nem o resultado das perícias) da ONU.

O ato repercutiu internacionalmente, chocando a opinião pública mundial. Entretanto, apesar de ter recebido críticas positivas de muitos dos países que formam a coligação contra Assad, como França, Reino Unido, Turquia, Alemanha e Arábia Saudita (Telegraph, 2017), o bombardeio americano estremeceu as relações com o Kremlin, que chamou a atitude de uma “agressão e violação à lei internacional” por não ter contado com a autorização do Conselho de segurança da ONU.

⁷⁷ Enquanto a ideologia do Partido Republicano de Trump é de direita, a do Partido Democrata de Obama é centro-esquerdista.

⁷⁸ A afinidade entre o republicano e o presidente russo Vladimir Putin indicava que a chance de intervenção seria ainda menor, tendo em vista que tal atitude colocaria Trump e Putin em confronto direto – considerando-se que a Rússia é a maior aliada de Assad e possui contingente militar alocado na Síria desde 2015.

É uma violação muito séria da lei internacional pois mesmo em casos de se falar sobre as supostas ‘intervenções humanitárias’ ou a suposta ‘responsabilidade de proteger’, ainda é necessário ter autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que não aconteceu nesse caso”. (Konstantin Kosachev para DW, 2017)

Em entrevista para a televisão russa, o presidente Vladimir Putin declarou que devido a ação americana “a confiança [entre Rússia e Estados Unidos] a nível de trabalho, especialmente militar, deteriorou” (Reuters, 2017).

Quanto a questão dos refugiados, o presidente americano frustrou-se ao ter bloqueado pela corte federal, uma ordem executiva que procurava banir todos os refugiados da Síria. (CNN, 2017)

Até a finalização deste trabalho, o ataque à base aérea síria havia sido a atitude de maior importância na política externa de Trump em relação ao conflito na Síria. No entanto, devido ao perfil imprevisível do atual presidente americano torna-se difícil fazer uma previsão sobre a diretriz de sua política externa, quais suas próximas ações e quais os impactos que essas ações sobre o cenário global.

Capítulo 3: As Teorias das Relações Internacionais e o conflito.

Seja na família, na comunidade ou no mundo, contato sem pelo menos conflitos ocasionais é inconcebível [...] Entre homens, assim como entre Estados, a anarquia ou a ausência de governos está associada com a ocorrência de violência.

(Waltz, 1979 p. 102)

A internacionalização da guerra na Síria levou ao envolvimento de novos atores Estatais e Institucionais e, conseqüentemente, ao surgimento de novas agendas para o conflito. Nesse sentido, o interesse pela permanência ou queda do regime Assad extrapolou o âmbito nacional e se tornou ponto crucial na disputa pelo controle da balança de poder na região, ou seja, o resultado da contenda na Síria será determinante para a manutenção ou retração de zonas de influência globais.

No espaço internacional, as interações entre os Estados ao longo dos anos, levaram acadêmicos a produzirem estudos com o objetivo de compreender melhor os movimentos desses atores e, assim, elaborar uma previsão para suas próximas ações.

3.1 REALISMO E NEOREALISMO

Entre as teorias surgidas dessas análises, encontram-se o realismo, que descreve o cenário internacional através de uma ótica puramente racional, tratando, quase exclusivamente, das relações políticas entre os estados (únicos atores relevantes) e considerando válidas apenas as variáveis políticas (ou seja, diplomáticas e militar-estratégicas); e o neorealismo, uma atualização da teoria original, enfatizando também os aspectos econômicos, mas de forma a subordiná-los à manipulação dos Estados, ou seja, fazendo da economia um recurso político (Lacerda, 2006).

Para os realistas em geral, em um sistema internacional essencialmente anárquico, a ausência de uma autoridade supranacional garantidora da segurança e da paz força os atores a buscarem o aumento de seu poder e/ou aliar-se entre si para assegurar seu interesse fundamental, a sobrevivência. Essa movimentação é responsável pela criação da chamada “balança de poder”. Nessa lógica, balanças de poder aparecem espontaneamente em um sistema não-hierárquico, que apresente, pelo menos, dois polos de influência distintos (bipolar).

Martin Wight (1985) escreveu que a ideia de equilíbrio surge naturalmente em

qualquer relacionamento entre unidades humanas, grupos ou instituições em competição. O equilíbrio de poder não é a causa da guerra; essa causa encontra-se nas condições políticas que o equilíbrio de poder, até certo ponto, regula e ordena. As alternativas para o equilíbrio do poder são a anarquia universal ou o domínio universal (hegemonia global).

Por serem frutos de interesses nacionais (traduzidos essencialmente pela busca da sobrevivência), as ligações que compõem uma balança de poder não são fixas. A anarquia característica do sistema internacional impõe aos Estados um ambiente de permanente insegurança⁷⁹. Segundo Robert Nye Jr e Robert O. Keohane (1987, p.727), o comportamento dos Estados é dominado pelo constante perigo de conflito militar.

Mearsheimer (2001)⁸⁰, em seu realismo ofensivo, afirma que cooperações entre países são difíceis por duas razões: considerações sobre ganhos relativos, e preocupação sobre traições e trapaças. Em tal cenário, o ‘poder’ exerce papel central⁸¹, sendo visto como ‘meio’ principal para garantir a soberania de um Estado. Seguindo este raciocínio, João Nogueira e Nizar Messari (2005) explicam que, para os realistas, os atores vão se juntar ao poder ou contra ele (a depender de seu interesse nacional).

Alguns Estados julgam que seu interesse nacional seria melhor servido ao se juntarem a uma grande potência (ou à grande potência). Ao oposto disso, outros Estados julgam que seu interesse nacional é ameaçado pelo poderio de uma grande potência (ou da grande potência) e se juntam com outros Estados menos poderosos (ou com o principal Estado que compete com a grande potência) para tentar equilibrar o poder daquela potência. (Nogueira et Messari, 2005 p.29)

O conflito na Síria permite observar a formação de uma coalizão entre Estados que compartilham interesses nacionais ligados à diminuição da hegemonia ocidental na região. Nesse caso, para garantir a sobrevivência do regime atual, a Síria une-se ao Irã e a Rússia (historicamente o principal opositor do hegemônico Estados Unidos), deixando clara a criação de um polo antagonista para contrabalancear com o polo composto pelas nações favoráveis a presença ocidental na região.

Fabrice Balanche (2013) afirma que, apesar de compartilharem o xiismo como a doutrina de seus governos, a aliança entre o Irã e a Síria não é religiosa, mas sim,

⁷⁹ Segundo Kenneth Waltz (1979) o constante clima de insegurança é o preço pago pelos atores pela liberdade da ausência de uma autoridade controladora supranacional.

⁸⁰ É interessante ressaltar que, para Mearsheimer, só devem ser considerados, para fins de análise, os Estados dotados de poder em larga escala (as chamadas grandes potências), que, de fato, possuem peso e são responsáveis por alterações significativas no sistema internacional.

⁸¹ Mearsheimer, em seu livro “The tragedy of great powers politics” (2001), questiona o significado de “poder” e explica, logo em seguida, que há duas distinções para essa palavra: “poder potencial”, que é baseado no tamanho da população e da riqueza de um Estado (ativos que constroem forças militares); e “poder real”, que são as forças militares em si, de um Estado.

estratégica, na lógica da *realpolitik*⁸². No entanto, a religião tende a tornar-se um fator chave na rivalidade entre os blocos de poder formados pelas coalizões “Irã-Hezbollah-Síria” (o eixo xiita) e “Arábia Saudita-petromonarquias do golfo- Egito-Turquia” (eixo sunita).

É importante frisar que a grande diferença entre os sistemas políticos nacional e internacional está na existência ou ausência de uma autoridade legítima capaz de manter o controle e ditar as regras sociais. No âmbito intraestatal, essa autoridade é representada pelo Governo. Internamente, o Estado tem como função fundamental, manter a paz e a segurança de seu povo. No ambiente supra estatal, essa autoridade é inexistente. Por esse motivo, Kenneth Waltz (1979, p.112) explica que quando rebeldes desafiam a reivindicação da autoridade por parte do governo, eles questionam a legitimidade de seu poder. Em guerras entre Estados, tais questionamentos não podem ser levantados. Dando sequência a este pensamento entende-se que, no sistema internacional, os Estados exercem poder, não autoridade (Ramalho da Rocha *apud* Nogueira e Messari, 2005)

Segundo John Herz, todos os tipos de relações dentro de grupos são regidos pelas premissas básicas de “supremacia, poder e sobrevivência”. Assim, num sistema anárquico marcado pela insegurança da falta de uma autoridade supranacional, sempre existirá o chamado “dilema da segurança”, que nada mais é do que uma competição pelo poder gerada a partir da necessidade de se armar como forma de asseverar a própria sobrevivência.

Grupos e indivíduos vivendo em tal situação [anarquia] devem estar (e normalmente estão) preocupados em ser atacados, subjugados, dominados, ou aniquilados por outros grupos e indivíduos. Esforçando-se para manterem-se seguros de tais ataques, esses são levados a adquirir mais e mais poder a fim de escapar do impacto do poder dos outros. Por sua vez, isso alimenta a insegurança nos demais [atores], os compelindo a prepararem-se para o pior. Já que ninguém jamais estará inteiramente seguro em tal cenário de unidades concorrentes, a competição pelo poder surge e o círculo vicioso de acúmulo de segurança e poder, acontece. (Herz, 1950 p. 157. Tradução nossa)

É possível observar claramente, nas relações internacionais ao longo dos anos, como o desejo pela sobrevivência levou a corridas armamentistas, dentro da lógica do chamado dilema de segurança. No caso Sírio, o ataque químico de 2013 foi resultado de um tipo específico de corrida armamentista (por armas químicas) iniciada por Damasco ainda na década de 1970, em resposta ao aumento de poder bélico da “ameaça israelense”

⁸² Políticas baseadas no poder prático objetivando o poder e a manutenção da segurança do Estado no ambiente hostil do sistema internacional. Nesse sentido, interesse e necessidade de preservação e fortalecimento do Estado são os conceitos chave desse termo (Waltz, 1979)

(Hogendoorn, 1997; Nikitin et al., 2013).

Apesar da inexistência de uma autoridade supranacional legítima capaz de ditar as regras sociais entre os atores internacionais, a liberdade dos atores não é total.

O primeiro entendimento é de que o sistema internacional é anárquico, o que não significa que seja caótico ou conduzido pela desordem. [...] Por si só, no entanto a noção realista de anarquia não tem nada a ver com conflito; [anarquia] é um princípio ordenador, que diz que o sistema compreende Estados independentes que não possuem uma autoridade autoritária superior [...] não existe um “governo sobre governos”. (Mearsheimer, 2001 p. 30. Tradução nossa)

A anarquia do sistema não deve, então, ser considerada plena à medida que a própria estrutura constrange, limita e orienta a ação das unidades, através da socialização e a competição. Segundo Kenneth Waltz (1979), a estrutura processa a socialização que limita e molda o comportamento dos agentes. A competição estimula os atores a acomodarem suas práticas às práticas mais bem-sucedidas e aceitas socialmente.

Em sua interpretação, Nogueira e Messari (2005) simplificam a ideia de Waltz ao traduzirem que a socialização impõe os padrões de ações aceitáveis enquanto que a estrutura indica aos agentes aquilo que é aceitável e o que é inaceitável. A competição funciona de maneira complementar a socialização e faz com que haja a reprodução de um padrão de ação na busca do sucesso. De igual maneira, a prática de atitudes inaceitáveis pela estrutura internacional leva a consequências como, por exemplo, a colocação de sanções pelos demais atores do sistema internacional.

No caso Sírio, é possível observar que a ação violenta do governo contra a própria população tem levado a comoção global (independente do motivo da comoção ser causado por interesses políticos ou, de fato, pelo apelo humanitário da situação)⁸³. A repercussão e recorrência de atitudes inaceitáveis forçou a interferência externa através de episódios onde os opositores tentam impor sanções e a intervenção militar na Síria enquanto os aliados do regime se esforçam para evitar essas consequências.

Apesar do realismo destacar as relações entre os Estados, é importante recordar o que já foi explicado sobre como essas relações são fruto das políticas externas desses atores que, por sua vez, resultam do interesse nacional. Voltando a esta lógica, é compreensível que as políticas domésticas, bem como questões internas de um Estado,

⁸³ Mearsheimer escreve que Estados raramente estão dispostos a envolver custos financeiros e as vidas dos próprios, militares por causas humanitárias e cita como exemplo a recusa americana em intervir no genocídio de Ruanda (1994), afirmando que “parar aquele genocídio teria sido relativamente fácil e dificilmente afetaria na posição americana na balança de poder. Mesmo assim, nada foi feito” (Mearsheimer, 2001 p 38).

definem sua política externa.

As soluções para os problemas globais dependem das políticas nacionais, no sentido de que, o Estado se utiliza de toda sua capacidade para atingir seus objetivos internacionais. Nesse momento é importante se repetir sobre as funções essenciais do Estado em suas duas dimensões: proteção de sua população civil no âmbito nacional e a própria sobrevivência no âmbito internacional. Para que a proteção ao indivíduo seja garantida, o Estado precisa existir, ou seja, exercer sua soberania, devendo mobilizar todas as suas capacidades nacionais para esse fim. É possível observar, portanto, nesse ciclo vicioso, como o interesse nacional depende do interesse internacional e vice-versa.

Para os realistas, a partir do momento em que a anarquia do sistema internacional obriga os Estados a lutarem por sua sobrevivência e interesses nacionais, ela os torna atores egoístas. Assim sendo, um princípio cardinal do realismo nas Relações Internacionais é o da autoajuda, que dita que um nenhum Estado pode contar total ou parcialmente com outros Estados para defendê-lo, pois, no final, todos privilegiarão seus próprios interesses nacionais. Partindo deste pensamento, fica claro que alianças entre Estados não são insolúveis nem fixas e só duram enquanto existir interesse entre as partes⁸⁴.

Devido a diferença estrutural, a interdependência dentro e entre nações são dois conceitos distintos. [...] Eu usarei 'integração' para descrever a condição entre as unidades] dentro das nações e 'interdependência' para descrever a condição entre elas. [...] Integração une intimamente as partes de uma nação. Interdependência entre nações as deixa frouxamente conectadas. [...] Em qualquer sistema de autoajuda, unidades se preocupam sobre sua sobrevivência, e essa preocupação se opõe a cooperações. (Waltz, 1979 p. 104, 105. Tradução nossa)

Alianças tendem a criar polos de poder e, conseqüentemente, balanças de poder. Kenneth Waltz (1979) escreveu que, em um sistema de autoajuda, aqueles Estados que falham em ajudar a si próprio, falharão em prosperar e estarão abertos aos perigos externos. O temor por tal consequência estimula os Estados a se comportarem de formas que tendam à criação de balanças de poder. Nesse sentido, os Estados buscarão, no mínimo, sua preservação e, no máximo, dominação universal canalizando, para o alcance de seus objetivos, tanto esforços internos (melhorias na capacidade econômica e militar) quanto externos (fortalecer e aumentar alianças próprias e/ou enfraquecer alianças opostas).

⁸⁴ Para destacar esta característica instável das cooperações interestatais, Mearsheimer (2001) cita o exemplo dos Estados Unidos e União Soviética que cooperaram consideravelmente durante a II Guerra Mundial, mas, logo em seguida, iniciaram a Guerra Fria.

O realismo utiliza os elementos do *realpolitik* para indicar e justificar os métodos pelos quais a política externa é conduzida. Balanças de poder explicam os resultados que tais políticas produzem⁸⁵.

Em um sistema internacional anárquico, os Estados desconfiam e temem um ao outro. A intensidade desse temor afeta a competição entre eles o que, conseqüentemente, indica a possibilidade de guerra; quão maior é o temor, maior será a possibilidade de guerra. Seguindo esta lógica é correto afirmar que a distribuição do poder no sistema influencia os níveis de temor.

A anarquia permite duas formas de distribuição de poder: bipolaridade e multipolaridade. Mearsheimer (2001) subdivide a multipolaridade em “multipolaridade balanceada”, quando não há um hegemônico potencial e “multipolaridade não-balanceada”, quando há a presença de uma potência hegemônica. Segundo o autor, entre as três configurações, a bipolaridade é a que menos gera temor entre os Estados, seguida pela a multipolaridade balanceada; nesses dois casos, a simetria de poder existente entre as grandes potências envolvidas estabiliza o sistema, à medida que torna os atores mais cautelosos em relação as suas atitudes. Por último, está a multipolaridade não-balanceada que, por apresentar uma assimetria de poder acentuada em um polo, eleva o temor entre as demais potências.

A distribuição de poder entre Estados no sistema também afeta os níveis de temor. A questão-chave é se o poder é distribuído mais ou menos igualitariamente entre as grandes potências ou se existem acentuadas assimetrias de poder. A configuração de poder que gera maior temor é o sistema multipolar que contém um potencial hegemônico – o que eu chamo de “multipolaridade não-balanceada”. [...] Bipolaridade é a configuração de poder que produz menos temor entre as potências [...] O temor tende a ser menor na bipolaridade, porque normalmente existe um equilíbrio de poder grosseiro entre os dois maiores Estados no sistema. Sistemas multipolares sem um hegemônico potencial, o que eu chamo de “multipolaridade balanceada” ainda são prováveis de conter assimetrias entre seus membros, apesar dessas assimetrias não serem tão pronunciadas quanto as criadas por um Estado que aspira a hegemonia. Portanto, a multipolaridade balanceada é mais provável de gerar menos temor que a multipolaridade não-balanceada, mas mais temor que a bipolaridade. (Mearsheimer, 2001 p.37. Tradução nossa).

Torna-se importante destacar aqui a diferença entre um hegemônico potencial e uma potência (ou “great power”). Um hegemônico potencial é uma potência com capacidade militar e poder potencial tão superior aos demais great powers, que possui a capacidade real de controlar e dominar as demais potências. Mearsheimer (2001) afirma

⁸⁵ Stephen Walt substitui o conceito de “balança de poder” por “balança de ameaças”, explicando que os Estados formam alianças em resposta a ameaças. Dessa forma, os Estados se alinham se posicionam não em resposta aos poderosos, mas aos ameaçadores (Nogueira et Messari, 2005).

que “uma potência hegemônica é um Estado tão poderoso que domina todos os outros Estados no sistema. Um Estado apenas substancialmente mais poderoso que as outras potências do sistema, não é hegemônico, pois enfrenta, por definição, outras potências com força (no mínimo) similar. Assim, hegemonia é a dominação do sistema (regional ou mundial).

Em suma, nunca houve uma potencia com hegemonia global, e provavelmente não deverá haver nem tão cedo. O melhor resultado que uma potencia pode esperar é a hegemonia regional e possível controle de outra região próxima e acessível por terra. (Mearsheimer, 2001 p. 35. Tradução nossa).

O maior impedimento para uma potência tornar-se hegemônica global é o que os realistas ofensivos chamam de ‘stopping power of water’⁸⁶ Essa característica pode ser explicada pelo que Mearsheimer define como a dificuldade dos Estados em projetarem-se, através dos oceanos, sobre o território de uma potência rival. A logística de avançar um exército sobre oceanos é muito maior e mais custosa do que a de movimentação sobre terra, o que torna inviável este tipo de atitude. Por esse motivo também, grandes potências separadas por grandes corpos d’água geram menos temor em seus rivais do que potências que compartilham fronteiras terrestres.

Seguindo a lógica de que as grandes potências estão em busca do maior controle e domínio proporcionado pelo status de potência hegemônica, Kenneth Waltz escreveu que grandes tarefas podem ser realizadas apenas por agentes que possuam grandes capacidades. Por esse motivo, Estados, especialmente as grandes potências, são chamadas para fazer o necessário para a “sobrevivência do mundo”. Ou seja, as grandes potências/hegemonias, tendem a se tornar os xerifes do sistema internacional, ao passo que agem (pelo menos) manter a ordem mundial.

Atualmente, os Estados Unidos assumem a posição de hegemonia mundial e, em detrimento da ONU, de agente mais atuante para manter a ordem mundial e, conseqüentemente, a atual distribuição de poder. A guerra na Síria, no entanto, evoluiu de tal modo que forçou a entrada de outras grandes potências no circuito.

No tocante a relevância do evento para a atual distribuição de poder, o resultado do conflito pode significar a perda de uma zona de influência importante para a o Irã e a Rússia; ou seja, alteração na balança de poder regional pois, a queda de Assad abre espaço para a ascensão de um governo pró- Estados sunitas e pró-ocidente, o que invariavelmente simbolizaria o total isolamento regional do Irã e o fim do eixo xiita, além da supressão da

⁸⁶ Tradução nossa: Poder cessante da água

influência russa na região (em um momento em que a Rússia procura voltar ao seu status de potência mundial, perdido desde o fim da guerra fria)⁸⁷.

3.2 GUERRA IRREGULAR

O envolvimento de atores internacionais adicionou características simétricas (ou regulares) à guerra síria que, em sua essência, é um conflito assimétrico (como a grande maioria das guerras civis). James Kiras (2016), explica que a diferença entre uma guerra convencional e uma guerra irregular é que, enquanto a primeira envolve adversários mais ou menos simétricos em equipamento, treinamento e doutrina; a segunda apresenta rivais assimétricos, dos quais o mais fraco (geralmente um grupo não estatal) tenta alcançar mudanças políticas através de táticas de guerrilhas⁸⁸. Em adição, Alessandro Visacro (2009) afirma que os conflitos irregulares são resultados da interação de uma série de fatores que ultrapassam o cunho militar e político, baseando-se principalmente em fatores sociais, históricos e culturais.

Ao longo da história, as táticas da guerra irregular foram amplamente utilizadas com o objetivo de promover o desgaste o adversário, por combatentes que ‘não dispunham de meios convencionais suficientemente poderosos para atingir seus propósitos políticos e religiosos’ (Vox Magister, 2015). E, segundo especialistas em segurança militar e civil, essa forma de conflito deverá se tornar cada vez mais comum do que os meios convencionais de contenda (Idem, 2015).

Entre os tipos de guerras irregulares encontram-se o terrorismo e a insurgência, que diferem entre si pelo tipo e extensão da violência perpetrada pelos atores. O terrorismo é definido pelo uso contínuo da violência contra alvos simbólicos e civis por pequenos grupos, para propósitos políticos (Kiras, 2016 p.187). Para os terroristas, os atos criminosos empregados (assassinatos, sequestros, explosões de bombas) são legitimados pela causa dos movimentos⁸⁹.

Entre as vantagens do terrorismo, estão a necessidade de empregar poucos agentes

⁸⁷ Balanche (2013) afirma que o regime de Bashar al-Assad poderia ter tido o mesmo destino que o de Muamar Kadhafi, na Líbia, se não fosse pelo apoio russo que vem bloqueando, no âmbito das Nações Unidas, todas as resoluções prejudiciais à Damasco.

⁸⁸ James Kiras (2016) exemplifica táticas de guerrilhas como emboscadas locais contra as forças de segurança e incursões de “ataque e fuga”.

⁸⁹ Com o surgimento do terrorismo internacional palestino, na década de 1960, forças irregulares adquiriram a capacidade de atacar alvos em qualquer parte do planeta (Visacro, 2009 p. 244-245). Essa capacidade é muito explorada atualmente pelo Estado Islâmico, que vem efetuando atos terroristas pontuais ao redor do mundo, como forma de chamar atenção e espalhar o medo.

para perpetrar os atos, o que, conseqüentemente, contribui para o baixo custo operacional (em comparação à guerra convencional); os elevados danos físicos e prejuízos materiais a um alvo específico, e sua de difícil detectabilidade (graças a alta autonomia de seus soldados e sua capacidade de camuflar-se com a sociedade civil), o que torna difícil a defesa e reação por parte das forças regulares do Estado (Vox Magister, 2015).

Já a insurgência é caracterizada por seu perfil eminentemente militar e por captar (majoritariamente de forma natural) apoio e mobilização popular, sendo conduzida por forças predominantemente locais envolvidas com um projeto político que visa levar o grupo insurgente ao poder, destituindo a ordem vigente.

Como guerras irregulares permitem uma combinação ilimitada de formas de condução de conflito, grupos insurgentes podem, eventualmente, valer-se de atos terroristas para alcançar resultados locais (apesar de não se utilizarem desse tipo de atitude como *modus operandi*), assim como terroristas podem realizar ações armadas típicas de grupos guerrilheiros.

A palavra “terror” remonta aos brutais métodos empregados pelo radicalismo jacobino de Robespierre durante a segunda fase da Revolução Francesa. Historicamente muitos soberanos e ditadores também empregaram “políticas de terror” contra dissidentes e opositores internos, ou mesmo contra seu próprio povo afim de preservar o poder e dissuadir quem desejasse se contrapor ao regime (Vox Magister, 2015)

Grupos terroristas tornaram-se cada vez mais comuns no Oriente Médio, tendo em vista a alta carga sectária do islamismo e a grande rivalidade entre os vários grupos étnicos espalhados pela região. A miscelânea de forças irregulares (dentre as quais muitas são consideradas terroristas pela comunidade internacional) que apareceram na Síria desde o início do conflito ratifica este fato. A ação de grupos extremistas como o JAN e, principalmente, o EI, tornou-se uma das questões mais preocupantes no conflito e impactam não apenas os sírios, mas todo o sistema internacional - vide o aumento do número de refugiados e o aumento na criação de coalizões entre diversos países, para combater certos grupos e/ou o terrorismo em geral⁹⁰.

Grupos irregulares estão em constante necessidade de munições, suprimentos, soldados e informações sobre as atividades das forças do governo. Nesse sentido, o suporte de patrocinadores, bem como a estruturação de uma rede clandestina de apoio

⁹⁰ A luta pelo terrorismo acabou tornando-se fator comum para muitos dos atores do conflito. Embora muitos dos países envolvidos na guerra (diretamente ou não) possuam divergências entre si e/ou estejam em polos opostos (como é o caso dos Estados Unidos e Rússia); o combate ao terrorismo tornou-se uma prerrogativa internacional e acabou por unir alguns rivais em coalizões que procuram acabar com grupos extremistas e as práticas do terror.

local, é imprescindível para a sobrevivência e a expansão das forças irregulares.

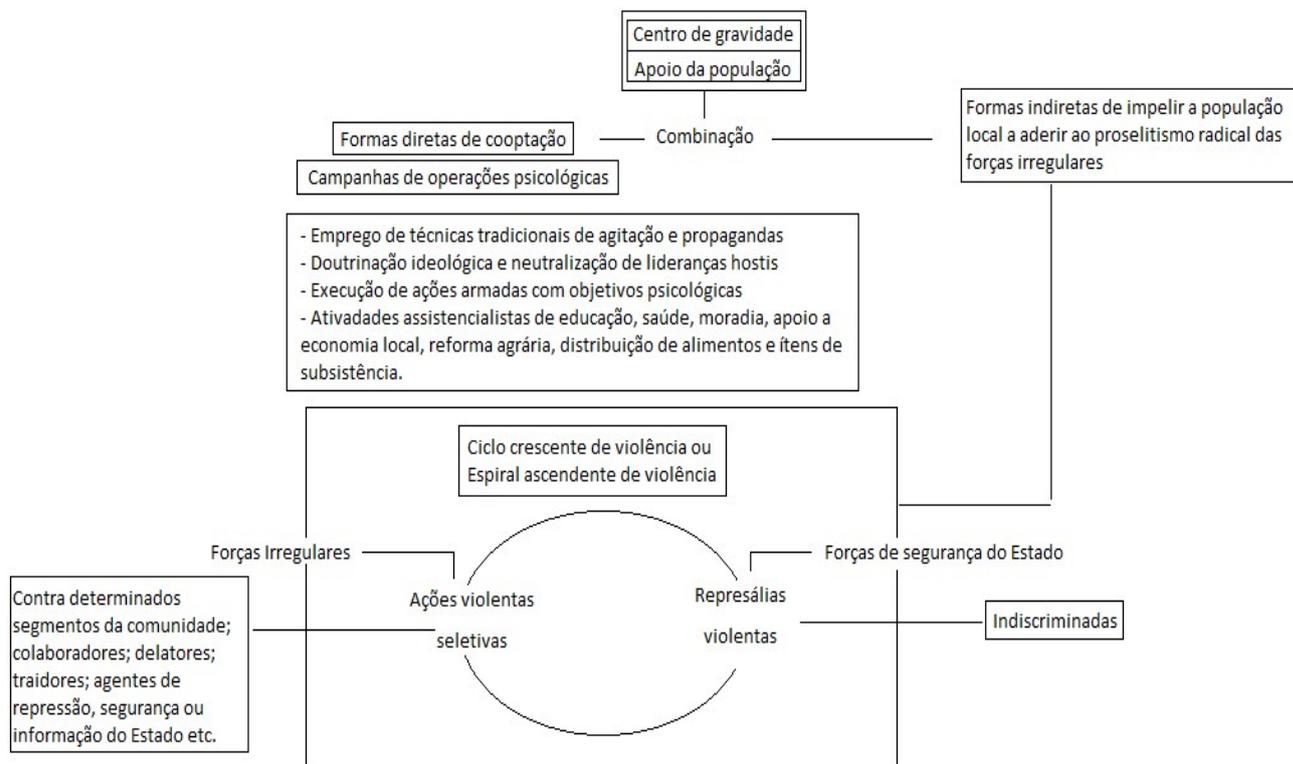
A assistência externa aos grupos irregulares pode ocorrer na forma de envio de recursos, asilo territorial, reconhecimento político e lobby. O apoio popular, que para Kiras (2016) é tido como pré-requisito para o sucesso, para Alessandro Visacro (2009) é descrito como o “verdadeiro centro de gravidade” dos conflitos irregulares. Nesse sentido, o autor afirma que a destruição das forças inimigas e a conquista de terreno tem valor secundário, num conflito irregular.

Moradores locais são capazes de dar suporte as forças irregulares no nível tático, viabilizando, direta e indiretamente, o funcionamento dos diferentes sistemas operacionais. Em termos estratégicos, podem, com o seu apoio, prorrogar por tempo indeterminado o término do conflito. Politicamente, exercem pressão sobre decisões governamentais e influenciam a opinião pública doméstica e internacional. (Visacro, 2009 p. 238)

O apoio popular pode ser captado através da combinação de processos indiretos, por meio do emprego de propaganda, subversão e pregação ideológica; e diretos, mediante intimidação, disseminação do terror e fomentação do ciclo de violência (ataques a alvos específicos que geram represálias violentas e indiscriminadas por parte do governo, o que acaba por impelir a população civil ao extremismo almejado pelas forças irregulares).

A globalização oferece meios de coordenação rápida e barata entre os membros das forças irregulares, e de visibilidade mundial instantânea de atos extremistas, o que auxilia na propaganda dos grupos, e na disseminação do clima de terror (objetivo de grupos terroristas).

Figura 3 Métodos empregados pelas forças irregulares para conquistar o apoio da população



Fonte 3 Reprodução pela autora de figura criada por Alessandro Visacro - Guerra Irregular (página 240)

Kiras (2016) afirma que guerras irregulares longas não podem depender exclusivamente de métodos diretos negativos para garantir o apoio popular; e explica, em paráfrase à Mao Tse Tung, que “guerrilhas são como peixes em um mar de apoio popular. Sem o ‘mar’, os ‘peixes’ morrerão” (Mao Tse Tung *apud* Kiras, 2016 p. 192). Para ganhar suporte, os líderes de grupos irregulares precisam legitimar seu uso de violência através de superioridade moral (em relação ao governo)⁹¹.

O apoio (doméstico ou internacional) está intimamente ligado (e é dependente) da legitimação do grupo. O emprego de ações positivas, como estabelecimento de escolas e clínicas médicas, é frequentemente utilizado por grupos guerrilheiros para ganhar a simpatia popular. Desta forma, ao suplantarem as funções do Estado no local ocupado, o grupo galga sua legitimação como um “*governo de facto*”, se autodeterminando.

Devido a sua inferioridade bélica em relação às forças do governo, os grupos

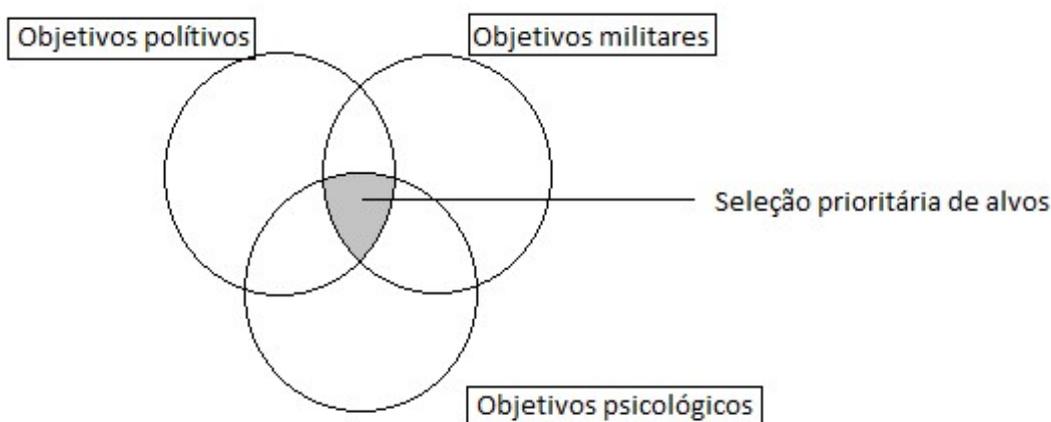
⁹¹ A superioridade moral de guerrilhas é um dos pilares da teoria de guerras irregulares e terrorismo (Kiras, 2016 p. 193).

irregulares evitam o confronto armado aberto, trabalhando ativamente (e principalmente) nos processos indiretos (sobretudo na fase inicial do conflito, para conseguirem a organização e expansão necessárias), e valendo-se do passar do tempo para traçar sua estratégia de ataques e captar cada vez mais adeptos.

O tempo, que em uma guerra regular é crucial pois está relacionado à exaustão das forças armadas e financeiras, num conflito irregular é aproveitado pelos guerrilheiros e terroristas principalmente para elaboração estratégica dos ataques e para a captação de aliados. Em contrapartida, no quesito tático, os ataques precisam ser efetuados de forma rápida, justamente devido a desvantagem bélica das forças irregulares frente ao poderio armamentista das forças regulares.

Os ataques das forças irregulares devem ser escolhidos de forma que conectem, ao máximo possível, os objetivos militares, políticos e, especialmente, psicológicos do grupo.

Figura 4 Seleção prioritária de alvos na guerra irregular



Fonte 4 Reprodução pela autora de figura criada por Alessandro Visacro - Guerra Irregular (página 247)

A importância do fator psicológico numa guerra irregular está diretamente ligada à sua capacidade de gerar repercussão política. Por esse motivo, a reverberação midiática dos acontecimentos torna-se essencial para os grupos irregulares, especialmente os terroristas, que procuram, através de seus atos, espalhar o terror e chamar atenção para sua causa.

As ações da guerra irregular só ganham significação com a relação psicológica que extraem do adversário... Grande parte da condução da guerra irregular é guerra psicológica, ataque psicológico, bem como defesa psicológica e

armamento psicológico. [...] Êxitos psicológicos definem o desfecho de guerras irregulares. A estratégia da guerra irregular deve ser psicológica. O combate – subterrâneo ou aberto, conduzido efetivamente ou apenas ameaçado – é somente um meio para aquele fim. (Von der Heydt apud Visacro, 2009 p. 247)

Entre os membros do conflito sírio estão os grupamentos rebeldes eminentemente insurgentes, como o Exército Livre Sírio e os grupos terroristas, como a frente Jabhat al-Nusra e o Estado Islâmico que, inclusive, estendeu sua rede de terrorismo em escala global, efetuando ataques pontuais em todo o mundo.

Outra característica das forças irregulares é sua informalidade de táticas, técnicas e procedimentos, e a capacidade de infiltração de seus combatentes em meio a população civil, o que os torna indetectáveis pelas forças armadas. Nesse sentido, as forças irregulares tiram vantagem na maior liberdade de atuação (autonomia) de seus soldados que, em oposição à ortodoxia dos exércitos profissionais, atuam, muitas vezes, de forma individual ou em pequenos grupos, na realização de ações descentralizadas e surpresas.

Enquanto guerras regulares são altamente custosas em termos militares, de contingente (referente as baixas civis e de soldados) e financeiros, o patrocínio de guerras irregulares, especialmente em território alheio, é muito menos oneroso economicamente⁹² (tendo em vista que a manutenção de um exército convencional não é necessária), menos arriscado militarmente e menos desgastante politicamente⁹³. Nesse ponto, é possível fazer um encontro entre as teorias de guerra irregular e neorrealismo, tendo em vista que Keohane e Nye explicam que a utilização da força para as grandes potências tornou-se mais custosa devido a quatro fatores: riscos de escala nuclear; resistência da população em países pobres; incerteza e a possibilidade de efeitos negativos na conquista de objetivos econômicos; e a opinião doméstica contrária ao custo humano do uso da força (1987 p.727).

No conflito sírio até 2015, o apoio a grupos irregulares foi a principal forma de ação internacional dos opositores de Assad que, dessa forma, conseguiram combater e desestabilizar o governo, sem precisar se envolver no campo de batalha. Dessa forma, o

⁹² É interessante destacar que entre os grupos de forças irregulares também existem distinção orçamentária. Enquanto células de terroristas necessitam de muito pouco para existir, sendo extremamente eficazes com custos operacionais muito baixo, grupos de guerrilhas, por contarem com poder de combate maior, tendem a ser mais custosas. Seguindo esta lógica, erros na concepção de uma campanha guerrilheira acabam por ser mais danosos em questão de prejuízos do que os erros de uma célula terrorista.

⁹³ Estados protegem ou apoiam grupos irregulares por razão de conveniência política (para acomodar seus próprios objetivos políticos), não por simpatia por sua causa (Kiras, 2016 p. 193).

patrocínio a grupos irregulares criou na região, uma espécie de ‘guerra por procuração’⁹⁴, na qual as forças irregulares representam os ‘outorgados’, e os Estados patrocinadores personificam os ‘outorgantes’, apoiando e manipulando essas forças irregulares para alcançar a garantia de seus interesses, ao mesmo tempo que se preservam em questões políticas (internacionais e domésticos) e financeiras (evitando elevados prejuízos diretos).

É possível observar, portanto, através de exemplos práticos, como o conflito na Síria está permeado e pode ser explicado através das relações internacionais (apesar disto não significar que, por se entender a guerra, se possa traçar uma previsão para seu fim).

Como foi possível analisar, uma guerra é feita de conflitos de interesses e pela busca da sobrevivência e de poder (através da disposição de balanças de poder). No caso sírio, a quantidade de interesses conflitantes é tão alta quanto o número de atores envolvidos, o que torna a guerra ainda mais complexa e imprevisível. Até a finalização deste trabalho, não havia indícios que a paz seria alcançada tão cedo.

⁹⁴ Guerras por procuração foram comuns durante a Guerra Fria, por exemplo. Considerando-se que as duas superpotências equipadas com armas nucleares (União Soviética e os Estados Unidos) não queriam se enfrentar diretamente devido ao alto risco do desencadeamento de um confronto nuclear e a consequente destruição mútua (resultado oposto ao objetivo primordial dos Estados: a sobrevivência), guerras por procuração foram exploradas no Afeganistão, Angola, Coreia, Vietnã e em países da América Central, por exemplo.

Conclusão

A guerra civil na Síria evoluiu de tal forma que tomou proporções globais, tornando-se um conflito capaz de impactar o sistema internacional como um todo, seja devido à crise humanitária que tem gerado, com milhões de refugiados migrando para outros países tentando fugir dos horrores do conflito; seja devido à potencialização de tensões (pré-existentes) em volta das grandes potências mundiais que se tornaram personagens neste cenário.

Como foi possível analisar através deste trabalho, o estopim da guerra está relacionado a fatores históricos, políticos, econômicos e sociais e seu início teve como contexto a Primavera Árabe, que, em 2011, se disseminava por vários países do norte da África e Oriente Médio, derrubando regimes ditatoriais.

Embora a religião não esteja entre os gatilhos do conflito, a alta carga sectária do Islamismo acabou por tornar-se um quesito quase tão relevante para a guerra, quanto o fator político (considerando-se que a mudança de governo é a principal reivindicação dos rebeldes), haja visto a proliferação de grupos extremistas *jihadistas* na região.

A internacionalização da guerra adicionou novos personagens (países e organizações) e, conseqüentemente, novas agendas; sendo possível observar ao longo da leitura deste trabalho, que o envolvimento de cada ator (doméstico ou internacional) está relacionado, primeiramente, a conquista de interesses individuais.

Com a adição dos novos personagens, a guerra na Síria foi responsável pelo avivamento de tensões mundiais históricas e pelo ressalto, através dos conflitos de interesses gerados, de (principalmente) dois polos distintos, a favor e contra a permanência do regime de Bashar al-Assad. Encabeçando cada polo estão, respectivamente, os Estados Unidos e a Rússia.

A estruturação de um cenário bipolar somado ao perfil de conflito por procuração que a guerra assumiu, devido ao embate indireto dessas duas nações através da manipulação e patrocínio dos personagens originais (governo e rebeldes), concederam ao conflito, ares saudosos da Guerra Fria.

Nesse sentido, o desfecho do evento na Síria significará não apenas a vitória dos rebeldes ou do governo; mas também representará a manutenção ou encolhimento de zonas de influência globais.

Até 2016 o curso de ação dos atores externos foi majoritariamente indireto, através, principalmente, de financiamento e envio de suprimentos e armamentos aos

rebeldes, por parte da coalizão anti-Assad; e através de apoio bélico e militar, e intervenções no Conselho de Segurança da ONU, por parte dos aliados do regime, em especial, por parte da Rússia.

A leitura do capítulo dois permite compreender quem são os principais atores do conflito e como suas interações contribuíram para o desenvolvimento, a internacionalização e, finalmente, a construção do cenário atual do conflito, que está completando seu sexto ano de violência e já é descrito pelas Nações Unidas como ‘a maior emergência humanitária da nossa era’.

O caráter multicausal do conflito, as interações entre seus atores, e sua capacidade de impactar o cenário mundial fazem da guerra na Síria um tema válido para a análise teórica das Relações Internacionais.

A desproporcionalidade entre forças rebeldes e o governo, os interesses internacionais envolvidos no conflito, e as atitudes tomadas a partir desses interesses permitem analisar como as teorias do realismo, neorealismo e das guerras irregulares permeiam a contenda. Através de exemplos retirados de situações reais da guerra, como a questão do temor sírio em relação a Israel que fez o país iniciar uma corrida bélica em busca de armas químicas e a análise dos interesses estatais sobre as zonas de influência presentes no Oriente Médio, é possível fazer a conexão entre as teorias (de relações internacionais) e a prática.

O aumento do número de grupos extremistas que apareceram na Síria, a extrapolação fronteiriça de seus atos terroristas e como esse fato tem afetado a comunidade internacional ratifica a importância de uma teoria sobre as forças irregulares que seja capaz de analisar e entender os acontecimentos.

No entanto, é possível concluir após a leitura deste trabalho que, apesar das teorias conseguirem analisar as atitudes dos atores e explicar seus interesses, a imprevisibilidade e a complexidade do conflito, não permitem a elaboração de uma previsão para o fim desta contenda.

A volatilidade da guerra e a quantidade de interesses conflitantes envolvidos tornaram o processo em curso, seus resultados e a possibilidade de uma conclusão (em termos de política externa e de segurança), bastante imprevisíveis. Até a finalização deste trabalho, não havia indícios de um acordo de paz entre nenhuma das partes.

Referências

ABBOUD, N., SAMER. **Syria**. 1 ed. Canada: Wiley, 2015. 248 p.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Refugiados sírios chegam a 3 milhões em meio à crescente insegurança**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiados-sirios-chegam-a-3-milhoes-em-meio-a-crescente-inseguranca/>>. Acesso em: 27 ago. 2016. ACNUR).
Refugiados sírios já passam dos 4 milhões

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Refugiados sírios já passam dos 4 milhões**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/acnur-refugiados-sirios-ja-passam-dos-4-milhoes/>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

ASHARQ AL-AWSAT. **ISIS in control of 60 percent of Syrian oil: sources**. Disponível em: <<http://english.aawsat.com/maadfayad/news-middle-east/isis-in-control-of-60-percent-of-syrian-oil-sources>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

AYOOB, Mohammed. The Arab Spring: Its Geostrategic Significance. **Middle East Policy**, Estados Unidos, v. 19, n. 3, set. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/264688397_The_Arab_Spring_Its_Geostrategic_Significance>. Acesso em: 13 mai. 2017.

BALANCHE, Fabrice. Les Alaouites : une secte au pouvoir. **Outre Terre**, França, v. 2, n. 14, p. 73-96, abr. 2006. Disponível em: <<https://hal-confremo.archives-ouvertes.fr/halshs-00281809/document>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

BALANCHE, Fabrice. Síria: Guerra civil e internacionalização do conflito. **Eurorient**, França, n. 49, p. 14-30, mai. 2013. Disponível em: <http://www.academia.edu/6725220/S%C3%ADria_Guerra_civil_e_internacionaliza%C3%A7%C3%A3o_do_conflito>. Acesso em: 25 mai. 2017.

BASTOS, Petra Salomé Da Silva. A CRISE SÍRIA: O PAPEL DA UNIÃO EUROPEIA. Portugal, mar. 2014. Disponível em: <

https://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252012000400017&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 abr. 2017.

BARRINHA, André. A Turquia e a Primavera Árabe. **Ciência e Cultura**, Brasil, v. 64, n. 4, p. 43-46, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v64n4/a17v64n4.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BBC. **A Europa conseguiria viver sem o gás russo?**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140328_alternativas_europa_gas_rb>. Acesso em: 08 mai. 2017.

BBC. **Por que as relações entre Rússia e EUA estão no pior momento desde a Guerra Fria**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37692439>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

BBC. **Profile: Who are the Peshmerga?**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-28738975>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

BBC. **Syria crisis: Where key country stand**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-23849587>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BBC. **What happened to the Arab Spring? By Roger Hardy**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-13091091>>. Acesso em: 19 set. 2016.

BIER, Amanda Martinazzo. Multilateralismo necessário: uma análise da resposta norte-americana ao conflito civil na síria como estratégia de rational cooperation. **InterAção**, Brasil, v. 5, n. 5, p. 106-172, dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/13377>>. Acesso em: 04 mai. 2017.

BOTELHO, M. D. C. et al. A mão esquerda e a mão direita do Estado português: que atuais tendências? **Observatório das Desigualdades**, Portugal, p. 17, abr. 2014. Disponível em: <https://observatoriodasdesigualdade.files.wordpress.com/2014/11/a-mc3a3o-esquerda-e-a-mc3a3o-direita-do-estado-portuguc3aas_botelho-et-al_e-working-paper-n-c2ba-4_2014.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Acts of Resistance: Against the New Myths of our Time**. 2 ed. Inglaterra: The New Press, 2000. 119 p.

CALFAT, Natalia Nahas. O ESTADO ISLÂMICO DO IRAQUE E DO LEVANTE: FUNDAMENTOS POLÍTICOS À VIOLÊNCIA POLÍTICA. **Conjuntura Austral**, Brasil, v. 6, n. 31, p. 6-20, ago./set. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/53819/35028>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

CARSTEN WIELAND. **A Decade of Lost Chances – Syria under Bashar al-Asad**. Disponível em: <http://www.carsten-wieland.de/mediapool/74/746018/data/Middle_East/Article_Wieland_Orient_III_2012.pdf>. Acesso em: 19 set. 2016.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sy.html>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

CHÂTEL, Francesca De. The Role of Drought and Climate Change in the Syrian Uprising: Untangling the Triggers of the Revolution. **Middle Eastern Studies**, Inglaterra, v. 50, n. 4, p. 1-15, jan. 2014. Disponível em: <<https://blogs.commonsgeorgetown.edu/rochelledavis/files/francesca-de-chatel-drought-in-syria.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

CHEREM, Youssef. Jihad: Duas interpretações contemporâneas de um conceito polissêmico. **CAMPOS - Revista de Antropologia Social**, Brasil, v. 2, n. 9, 200. Disponível em: <<file:///C:/Users/mfranca/AppData/Local/Temp/17045-72600-1-PB.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

CNN. **Obama warns Syria not to cross 'red line'**. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2012/08/20/world/meast/syria-unrest/index.html>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

CNN. **Trump's change of heart on Syria**. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2017/04/06/politics/trump-syria-foreign-policy/index.html>>.

Acesso em: 09 jun. 2017.

CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL (CONIB). **Tratado de Camp David**. Disponível em: <<http://www.conib.org.br/glossario/Tratado%20de%20Camp%20David>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS (CFR). **The Islamic State**. Disponível em: <<http://www.cfr.org/iraq/islamic-state/p14811>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. **Saudi Arabia in the Middle East**. Disponível em: <<http://www.cfr.org/saudi-arabia/saudi-arabia-new-middle-east/p27205>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

DAHI, Omar S.; MUNIF., Yasser. Revolts in Syria: Tracking the Convergence Between Authoritarianism and Neoliberalism. **Sanhati**, [S.L], out./abr. 2017. Disponível em: <<http://sanhati.com/excerpted/4249/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

DAILY MAIL. **UN council to vote on dueling resolutions on Aleppo truce**. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/wires/afp/article-3827561/Russia-threatens-veto-French-UN-resolution-Aleppo-ceasefire.html>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

DEUTSCHE WELLE (DW). **Syria Konstantin Kosachev: 'US [action in Syria] is a strong violation of international law'**. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/konstantin-kosachev-us-action-in-syria-is-a-strong-violation-of-international-law/a-38385495>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

DIÁRIO CATARINENSE. **EUA: tirar Assad do poder na Síria deixou de ser prioridade**. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/03/eua-tirar-assad-do-poder-na-siria-deixou-de-ser-prioridade-9760942.html>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

EL PAÍS. **Bachar el Asad, de la "primavera de Damasco" al puño de hierro**. Disponível em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2011/03/28/actualidad/1301263210_8502>

15.html>. Acesso em: 07 set. 2016.

EVRON, Yoram. Chinese Involvement in the Middle East: The Libyan and Syrian Crises. **Strategic Assessment**, Israel, v. 16, n. 3, p. 79-91, out. 2013. Disponível em: <http://www.inss.org.il/uploadImages/systemFiles/adkan16_3ENG3.pdf_Evron.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

EXAME.COM. **Amigos da Síria estudam possibilidade de uso da força**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/amigos-da-siria-estudam-possibilidade-de-uso-da-forca/>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

EXAME.COM. **General dos EUA alerta sobre custos de intervenção na Síria**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/general-dos-eua-alerta-sobre-custos-de-intervencao-na-siria/>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

EXAME. **Tensão de EUA e Rússia é pior que Guerra Fria, diz ministro**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/tensao-de-eua-e-russia-e-pior-que-guerra-fria-diz-ministro/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FOREIGN AFFAIRS. **Contentious Kurds**. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/turkey/2014-11-02/contentious-kurds>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

FOREIGN AFFAIRS. **Turkey's Evolving Syria Strategy**. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/turkey/2015-02-09/turkeys-evolving-syria-strategy>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

FUJII, William. **O Estado Islâmico e o Xadrez Geopolítico dos Conflitos na Síria e no Iraque**. São Carlos: III Semana de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, 2015. Disponível em: <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/William-Fujii.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

FURTADO, Gabriela; RODER, Henrique; AGUILAR, Sergio L. C.. A GUERRA CIVIL SÍRIA, O ORIENTE MÉDIO E O SISTEMA INTERNACIONAL. **Série Conflitos Internacionais**, Brasil, v. 1, n. 6, p. 1-6, dez. 2014. Disponível em:

<<http://polo2.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/a-guerra-civil-siria.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

GLEICK, Peter H.. Water, Drought, Climate Change, and Conflict in Syria. **WEATHER, CLIMATE, AND SOCIETY**, Estados Unidos, v. 6, n. 3, p. 331-340, jul. 2014. Disponível em: <<http://journals.ametsoc.org/doi/pdf/10.1175/WCAS-D-13-00059.1>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

GLOBO. As agendas ocultas das potências na guerra da Síria. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/agendas-ocultas-das-potencias-na-guerra-da-siria.html>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

GLOBO. **Liga Árabe pede intervenção da ONU para acabar com crise na Síria**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/02/liga-arabe-pede-intervencao-da-onu-para-acabar-com-crise-na-siria.html>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

GLOBO. **ONU fracassou na Síria depois de veto da Rússia e China, dizem EUA**. Disponível em: <g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2012/07/onu-fracassou-na-siria-depois-de-veto-da-russia-e-china-dizem-eua.html>. Acesso em: 10 abr. 2017.

GLOBO. **Parlamento da Rússia autoriza uso de tropas na Síria**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/parlamento-da-russia-autoriza-uso-de-tropas-militares-na-siria.html>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

GOODARZI, Jubin M. **Syria and iran: Diplomatic alliance and power politics in the middle east**. 1. Inglaterra: TAURIS ACADEMIC STUDIES, 2006. 359 p.

HASTEDT, Glenn P.. **American Foreign Policy: Past, Present and Future**. 1 ed. Canada: Rowman & Littlefield, 2017. 504 p.

HINNEBUSCH, Raymond. **The international politics of the Middle East**. 1 ed. Estados Unidos: Manchester University Press, 2003. 262 p.

HERZ, John H.. **IDEALIST INTERNATIONALISM AND THE SECURITY**

DILEMMA. **Cambridge University Press**, Reino Unido, v. 2, n. 2, p. 157-180, jan. 1950. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2009187>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

HOGENDOORN, E. J. A chemical weapons atlas. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Estados Unidos, v. 53, n. 5, p. 35-39, set./out. 1997. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiMntGr6IbUAhUDI5AKHVJGCSMQFggkMAA&url=http%3A%2F%2Ftoxicpedia.org%2Fdownload%2Fattachments%2F3283%2Fhogendoorn%2Bchem%2Bweap.doc&usg=AFQjCNFi2DdiDg_Gy9RIZSEtuaTrg1Pp2g&sig2=wjvhBHc0P4oX9TGXpoAoRA>. Acesso em: 23 mai. 2017.

INTERNATIONAL HISTORY BLOG. **A Brief History of the Great Syrian Revolt (1925-1927)**. Disponível em: <<http://intlhistory.blogspot.com.br/2012/10/a-brief-history-of-great-syrian-revolt.html>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. **Época Negócios**. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2017/04/epoca-negocios-eua-dizem-que-meta-na-siria-e-derrotar-estado-islamico-nao-expulsar-assad.html>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. **Uma breve história de Aleppo**. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/gustavo-chacra/uma-breve-historia-de-aleppo/>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S.; JR., . Power and Interdependence Revisited. **International Organization**, Estados Unidos, v. 41, n. 4, p. 725-753, set./dez. 1987. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/364784/mod_resource/content/1/nye_keohane_1987.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2017.

KINNINMONT, Jane. The Syria Conflict and the Geopolitics of the Region. **IEMed Mediterranean Yearbook 2014**, Espanha, p. 48-53, abr./dez. 2014. Disponível em: <http://www.iemed.org/observatori/arees-danalisi/arxiu-adjunts/anuari/anuari-2014/Kinninmont_Syria_Conflict_geopolitics_region_IEMed_yearbook_2014_EN.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2017.

KIRAS, J. D. et al. **Understanding Modern Warfare**. 2 ed. Inglaterra: Cambridge University Press, 2016. 450 p.

LACERDA, Gustavo Biscaia De. Algumas teorias das relações internacionais: realismo, idealismo e grocianismo. **Revista Intersaberes**, Brasil, v. 1, n. 1, p. 56-77, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/viewFile/87/61>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

MACDONALD, Robert W.. **The League of Arab States: A Study in Dynamics of Regional Organization**. 1 ed. Estados Unidos: Princeton University Press, 1965. 406 p.

MENDES, João Maria. A questão curda recentra a Turquia no Médio Oriente. **Janus 2008: Anuário das Relações Exteriores**, Portugal, n. 11, p. 1-31, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ual.pt/handle/11144/1127>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

MEARSHEIMER, John J.. **The tragedy of great power politics**. 1 ed. Estados Unidos: Permissions, W. W. Norton, 2001. 331 p.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Liga dos Estados Árabes**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3682-liga-dos-estados-arabes-lea>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

MONIQUET, Claude. **The involvement of salafism/wahhabism in the support and supply of arms to rebel groups around the world**. 1 ed. Belgica: European Union, 2013. 37 p.

NAÇÕES UNIDAS. **Conselho de Segurança da ONU aprova resolução que exige destruição de armas químicas na Síria**. 2013. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-da-onu-aprova-resolucao-que-exige-destruicao-de-armas-quimicas-na-siria/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

NASSER, Reginaldo; ROBERTO, Willian Moraes. A Política Externa Turca no Pós-2011: das revoltas árabes à ascensão do Estado Islâmico. **Carta Internacional**, Brasil, v. 11, n. 2, p. 5-27, set./nov. 2008. Disponível em:

<<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/555>>.

NIKITIN, Mary Beth D.; KERR, Paul K.; Andrew Feickert. **Syria's chemical weapons: issues for congress**. 1 ed. Estados Unidos: Federation of American Scientists, 2013. 33 p. Disponível em: < <https://fas.org/sgp/crs/nuke/R42848.pdf>> Acesso em: 23 mai. 2017.

O'BAGY, Elizabeth., The Free Syrian Army. **Middle East Security Report 9**. Estados Unidos. Institute for the Study of War, 2013. 51 p. Disponível em: < <http://www.understandingwar.org/report/free-syrian-army>> . Acesso em 18 abr. 2017

PAUTASSO, Diego; ADAM, Gabriel; LIMA, Bruno Rocha. A política externa da Rússia diante da crise na Síria. **Tensões Mundiais**, Brasil, v. 11, n. 21, p. 147-168, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/viewFile/426/489>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

PIETRZAK, Piotr. The U.S. Foreign Policy towards Syria under the Donald Trump Administration. **RESEARCH GATE**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/310599117_The_US_Foreign_Policy_towards_Syria_under_the_Donald_Trump_Administration>. Acesso em: 09 jun. 2017.

PHILLIPS, Christopher. **Into the Quagmire: Turkey's Frustrated Syria Policy**. 1 ed. Inglaterra: The Royal Institute of International Affairs, 2012. 16 p. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/Middle%20East/1212bp_phillips.pdf>. Acesso 28 abr. 2017.

PICCOLLI, Larlecianne; MACHADO, Lauren; MONTEIRO, Valeska Ferrazza. A Guerra Híbrida e o Papel da Rússia no Conflito Sírio. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, Brasil, v. 3, n. 1, p. 189-203, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbed/article/view/63960/37927>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Ritual, experiência mística e lei islâmica nas comunidades sufis de Aleppo, Síria. **Anuário Antropológico**, Brasil, v. 51, n. 94, jan./dez. 2004. Disponível em:

<http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202004/2004_paulopinto.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2017.

RAJA, Shahid Hussain. **Crises na Síria: Passad, Presente e Futuro**. 1 ed. Canada: BABELCUBE INC, 2015.

REFWORLD. **Charter of Arab League**. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b3ab18.html>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

REUTERS. **Russia vetoes U.N. demand for end to bombing of Syria's Aleppo**. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-un-idUSKCN1280VJ?il=0>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

REUTERS. **U.S.-Russia relations at another low after Syria attacks**. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-usa-russia-idUSKBN17E1AF>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

REVISTA PETRUS. **Colapso no preço do petróleo lembra os anos 80, com uma diferença: o xisto**. Disponível em: <<http://www.revistapetrus.com.br/colapso-no-preco-do-petroleo-lembra-os-anos-80-com-uma-diferenca-o-xisto/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

ROBERTO, Willian Moraes. O papel russo na crise síria e sua decorrência internacional. **Perspectiva**, Brasil, v. 05, n. 09, ago./set. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/issue/viewFile/2607/155>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

SCHUMACHER, TOBIAS. The EU and the Arab Spring: Between Spectatorship and Actorness. **Insight Turkey**, Turquia, v. 13, n. 3, p. 107-113, jul./set. 2011. Disponível em: <http://file.insightturkey.com/Files/Pdf/insight-turkey_vol_13_no_3_2011_schumacher.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2017.

SHARP, Jeremy M.; M, Christopher; BLANCHARD, Syria: Unrest and U.S. policy. **Congressional Research Service Report**, Estados Unidos. Council on Foreign Relations, mai. 2012. 39 p. Disponível em: <<http://www.cfr.org/syria/crs-syria-unrest-us-policy/p28650>> . Acesso em 07 mai. 2017.

SOARES, J. V. S. et al. A questão curda. **Série Conflitos Internacionais**, Brasil, v. 4, n. 1, p. 1-7, fev. 2017. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/a-questao-curda.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

SOBRAL, Ivo. **Síria: entre Progressismo e Tradicionalismo**. Working papers: Linha de investigação "Europa, Segurança e migrações". Disponível em: <<http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/siria-entre-progressismo-e-tradicionalismo/Siria-entre-Progressismo-e-Tradionalismo.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

SOUSA, Fernando De. **DICIONÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. 954 ed. Portugal: Edições Afrontamento, CEPESSE e autores, 2005. 264 p.

SOUZA, Bruno Mendelski De; JARDIM, Emmanuel Brandolff. A política externa saudita durante a Primavera árabe (2010-2014). **Interação**, Brasil, v. 9, n. 9, p. 1-29, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/21213>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

SOUZA, Bruno Mendelski De; JARDIM, Emmanuel Brandolff. A presença chinesa no Oriente Médio frente à hegemonia mundial dos Estados Unidos. **Estudos Internacionais**, Brasil, v. 4, n. 3, p. 5-24, set./fev. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/12908>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

STANILAND, Paul. States, insurgents, and wartime political orders. **The Pearson Institute Discussion Paper**, Estados Unidos, v. 10, n. 2, jun. 2012. Disponível em: <https://thepearsoninstitute.org/sites/default/files/2017-02/4.%20Staniland_States%2C%20insurgents.pdf>. Acesso em: 13 set. 2016.

SWAINE, Michael D.. Chinese views of the Syrian conflict. **China Leadership Monitor**, China. Carnegie Downment. 2017 18 p. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/files/Swaine_CLM_39_091312_2.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

SZEWINSKI, Andrej. Regional and global implications of the Syrian civil war: what role for NATO?. **Defence and Security Committee Report**. Bélgica. NATO Parliamentary Assembly, 2014. 30 p. Disponível em: <www.nato-pa.int/shortcut.asp?FILE=3535> . Acesso em: 17 dez. 2016

BLANCHARD, Christopher M.. THE ISLAMIC TRADITIONS OF WAHHABISM AND SALAFIYYA. **Congressional Research Service Report**. Estados Unidos. The Library of Congress, 2017. 7 p. Disponível em: <<http://oai.dtic.mil/oai/oai?verb=getRecord&metadataPrefix=html&identifier=ADA463789>>. Acesso em: 07 jun. 2017

THE ATLANTIC. **Understanding Syria: From Pre-Civil War to Post-Assad**. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2013/12/understanding-syria-from-pre-civil-war-to-post-assad/281989/>>. Acesso em: 08 set. 2016.

THE NEW YORK TIMES. **Hafez al-Assad, Who Turned Syria Into a Power in the Middle East, Dies at 69**. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2000/06/11/world/hafez-al-assad-who-turned-syria-into-a-power-in-the-middle-east-dies-at-69.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 01 set. 2016.

THE TELEGRAPH. **Assad bears full responsibility': how the world reacted to Donald Trump's missile strike on Syria**. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/2017/04/07/us-air-strike-syria-world-reacted-donald-trumps-decision-intervene/>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

THE UN REFUGEE AGENCY (UNHCR). **Needs soar as number of Syrian refugees tops 3 million**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/53ff76c99.html>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

THE WASHINGTON POST. **A mini world war rages in the fields of Aleppo**. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/middle_east/a-mini-world-war-rages-in-the-fields-of-aleppo/2016/02/14/d2dfff02-d340-11e5-a65b-587e721fb231_story.html?utm_term=.2ff22cdde70b>. Acesso em: 04 ago. 2016.

THE WHITE HOUSE PRESIDENT BARACK OBAMA. **Statement by the President on Syria**. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2013/08/31/statement-president-syria>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (STANILAND). **Human Development Report 2010**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2010_en_summary.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2017.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: E movimentos de resistência ao longo da história**. 1 ed. Brasil: Contexto, 2009. 384 p.

VISENTINI, Paulo Fagundes; ROBERTO, Willian Moraes. As consequências da crise na Síria para o Irã: Impactos para sua estratégia regional e no Eixo da Resistência. **Brazilian Journal of International Relations (BJIR)**, Brasil, v. 4, n. 1, p. 71-91, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/3658/3573>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

VOX MAGISTER. **Guerra irregular, terrorismo e segurança internacional**. Disponível em: <<https://voxmagister.com.br/2015/11/16/guerra-irregular-terrorismo-e-seguranca-internacional/>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

WALTZ, KENNETH N.. **Theory of International Politics**. 1 ed. Estados Unidos: Addison-Wesley Publishing Company, 1979. 251 p.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. 1 ed. Brasil: Editora Universidade de Brasília, 2002. 329 p.

WORLD AFFAIRS. **The Trouble with Turkey: Erdogan, ISIS, and the Kurds**. Disponível em: <<http://www.worldaffairsjournal.org/article/trouble-turkey-erdogan-isis-and-kurds>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

ZAHREDDINE, Danny. A crise na síria (2011-2013): uma análise multifatorial. **Conjuntura Austral**, Brasil, v. 4, n. 20, 201. Disponível em:

<<http://oaji.net/articles/2015/2137-1438730443.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2016.